

Qte	Deputados	Sigla	UF	Total de ocorrências	Resumo da ocorrência	Data atualização
1	Carlos Andrade (PHS-RR)	PHS	RR	4	É alvo de representação movida pelo Ministério Público, por captação ou gasto ilícito de recursos financeiros de campanha eleitoral. Teve reprovada a prestação de contas das eleições de 2014 para deputado federal. O parlamentar recorre da decisão. O PHS, partido do qual Carlos Andrade é presidente estadual, teve as contas das eleições de 2012 rejeitadas. Multado por irregularidades na prestação de contas da Boa Vista Energia de 2004 de sua responsabilidade.	19/10/2015
1	Edio Lopes (PR-RR)	PR	RR	1	É réu em ação penal por peculato. De acordo a denúncia, o parlamentar desviou dinheiro público, em proveito próprio e alheio, por meio da indicação de três servidores para ocuparem cargos comissionados em seu gabinete, sem a exigência de prestação de serviços, nos anos de 2005 e 2006.	30/03/2016
1	Shéridan (PSDB-RR)	PSDB	RR	2	É alvo de ação civil de improbidade administrativa (dano ao erário) por titulação irregular de terras públicas em benefício próprio, quando secretária estadual. Ação também envolve seu marido, ex-governador de Roraima Jose de Anchieta Junior. + É alvo de inquérito que apura crimes eleitorais. De acordo com a de denúncia, a parlamentar ofereceu vantagens, formulando propostas de pagamento de multas de trânsito e incluindo eleitores em programas sociais do governo, entre outras dádivas, em troca de votos em José de Anchieta Júnior, então candidato à reeleição para o mandato de governador em 2010.	10/12/2015
1	Afonso Hamm (PP-RS)	PP	RS	1	É alvo de inquérito aberto com a Operação Lava Jato da Polícia Federal, que investiga esquema de corrupção e lavagem de dinheiro com recursos desviados da Petrobras.	
1	Alceu Moreira (PMDB-RS)	PMDB	RS	4	Foi condenado por improbidade administrativa. A Justiça considerou que houve desvio de finalidade na contratação de dois funcionários pela prefeitura de Osório e determinou o ressarcimento de danos ao erário e o pagamento de multa. O parlamentar interpôs recurso, que foi negado. Em seguida, interpôs agravo em terceira instância contra a decisão que negou seguimento ao recurso, mas ela foi mantida. Réu em processo por improbidade administrativa, foi condenado em segunda instância ao pagamento de multa por contratação irregular de funcionário público. Há recurso julgado prejudicado. Foi condenado ao pagamento de multa por conduta vedada a agente público (uso irregular de serviço social de saúde pública). A decisão foi mantida em segunda instância. É alvo de inquérito que apura crimes da Lei de licitações e corrupção passiva. O processo corre sob sigilo de justiça.	30/11/2015
1	Darcísio Perondi (PMDB-RS)	PMDB	RS	2	Foi condenado em ação civil pública que investigava cobrança indevida de honorários médicos de pacientes do SUS quando o parlamentar era presidente do Hospital de Caridade de Ijuí/RS. Recorreu, mas decisão foi mantida. O parlamentar interpôs recurso. Teve rejeitada a prestação de contas referente às eleições de 2002.	04/12/2015
1	Giovani Cherini (PDT-RS)	PDT	RS	1	Foi condenado em ação movida pelo Ministério Público Eleitoral por abuso de poder econômico e compra de votos. A Justiça decretou sua inelegibilidade por três anos, a contar das eleições de 2006.	03/12/2015

1	Jerônimo Goergen (PP-RS)	PP	RS	2	É alvo de inquérito aberto com a Operação Lava Jato, é réu em ação civil por improbidade administrativa movida pela Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público referente a indicação de assessor parlamentar que agia como funcionário fantasma	02/12/2015
1	João Derly (REDE-RS)	REDE	RS	1	É réu em ação penal por crimes eleitorais. O Ministério Público acusa o parlamentar de ter realizado propaganda de boca de urna ou arregimentado eleitores no dia das eleições em 2012.	
1	José Fogaça (PMDB-RS)	PMDB	RS	1	Foi condenado a pagamento de multa por conduta vedada a agente público. A Justiça considerou ilegal a concessão de bônus-moradia para reassentamento de famílias em ano eleitoral. Recorreu em segunda instância e conseguiu reforma da decisão para diminuição do valor da multa. Recorreu em terceira instância, e o recurso foi negado	
1	José Otávio Germano (PP-RS)	PP	RS	4	Foi multado por infração a normas de administração financeira e orçamentária quando comandava a Secretaria da Justiça e da Segurança do Rio Grande do Sul. É alvo de inquéritos abertos com a Operação Lava Jato da Polícia Federal, que investigam esquema de corrupção, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro com recursos desviados da Petrobras. É alvo de ações por improbidade administrativa movidas pelos Ministérios Públicos Estadual e Federal	04/12/2015
1	Jose Stédile (PSB-RS)	PSB	RS	8	É réu em ação penal movida pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul por crimes contra o sistema financeiro nacional. É alvo de inquérito por crimes contra o sistema financeiro nacional movido pelo Ministério Público Federal. O parlamentar é investigado por suposta participação na aquisição de títulos da dívida pública por Fundo Municipal de Assistência e Previdência do Servidor Público, quando prefeito de Cachoeirinha. É alvo de ação civil pública movida pelo Ministério Público Estadual.	03/12/2015
1	Luis Carlos Heinze (PP-RS)	PP	RS	1	É alvo de inquérito aberto com a Operação Lava Jato da Polícia Federal, que investiga esquema de corrupção, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro com recursos desviados da Petrobras.	30/11/2015
1	Marco Maia (PT-RS)	PT	RS	2	Foi responsabilizado e multado por infrações a leis e regulamentos de administração contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. Recorreu da decisão, que foi mantida. Foi multado por infringência de normas de administração financeira e orçamentária nas áreas de patrimônio, licitações e contratos. O parlamentar recorreu da decisão, que foi mantida.	30/11/2015
1	Marcon (PT-RS)	PT	RS	1	Foi condenado em ação penal movida pelo Ministério Público Estadual por crime de falso testemunho em processo contra militante do MST. A Justiça determinou a prestação de serviços à comunidade e pagamento de salários mínimos em favor de entidade assistencial.	02/12/2015
1	Maria do Rosário (PT-RS)	PT	RS	1	Foram desaprovadas as contas de sua campanha eleitoral de 2008 para a prefeitura de Porto Alegre. A parlamentar recorreu da decisão, que foi mantida	04/12/2015
1	Mauro Pereira (PMDB-RS)	PMDB	RS	3	Teve desaprovada a prestação de contas das eleições de 2004 para vereador de Caxias do Sul. Recorreu, mas a decisão foi mantida. Teve desaprovada a prestação de contas das eleições de 2008. Recorreu, mas a decisão foi mantida. Foi condenado ao pagamento de multa de R\$ 10.320,50 por propaganda extemporânea e conduta vedada a agente público. De acordo com a representação movida pelo Ministério Público, foi publicada notícia no sítio da Câmara dos Vereadores de Caxias do Sul (RS), anunciando a candidatura de Mauro Pereira ao cargo de deputado federal. O parlamentar recorreu, mas a decisão foi mantida	04/12/2015

1	Osmar Terra (PMDB-RS)	PMDB	RS	3	O TCE-RS apontou irregularidades nas suas gestões da Secretaria da Saúde e da Prefeitura e o condenou ao pagamento de multa	13/04/2016
1	Paulo Pimenta (PT-RS)	PT	RS	2	Condenado por improbidade administrativa em ação movida pelo Ministério Público Estadual (recebimento de despesas irregulares). Mantida a decisão na segunda instância. É alvo de inquérito que apura crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos ou valores.É alvo de inquérito que apura crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos ou valores.	30/11/2015
1	Pompeo de Mattos (PDT-RS)	PDT	RS	2	Parlamentar foi condenado a inelegibilidade por três anos, a partir de 2006, por abuso de poder econômico por utilização de albergues estaduais para fazer propaganda eleitoral	03/12/2015
1	Renato Molling (PP-RS)	PP	RS	2	É alvo de inquérito aberto com a Operação Lava Jato da Polícia Federal, que investiga esquema de corrupção, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro com recursos desviados da Petrobras. Condenado a ressarcir o montante gasto com a publicação de editais de dispensa de licitação, bem como à suspensão dos direitos políticos pelo período de três anos. À época em que era prefeito do município de Sapiranga, o parlamentar contratou a empresa ACB Torres Advogados Associados sem o devido processo licitatório.	04/12/2015
1	Ronaldo Nogueira (PTB-RS)	PTB	RS	1	Teve reprovadas as contas referentes à campanha eleitoral de 2014. O parlamentar recorreu, mas a decisão foi mantida	03/12/2015
1	Sérgio Moraes (PTB-RS)	PTB	RS	4	Condenado por improbidade administrativa a pagar multa civil e a ressarcir os cofres municipais das quantias gastas com publicidade para promoção pessoal. Mantida condenação em segunda e terceira instâncias. Parlamentar recorreu, mas a decisão foi mantida. Condenado por improbidade administrativa a suspensão dos direitos políticos e perda da função pública. O parlamentar recorreu em terceira instância, mas a decisão foi mantida. Condenado a pagar indenização a ex-vereador por agressões físicas. Teve rejeitadas as contas eleitorais referentes à campanha de 2014. O parlamentar recorre em terceira instância.	04/12/2015
1	Carmen Zanotto (PPS-SC)	PPS	SC	4	É ré em ação civil de improbidade administrativa por enriquecimento ilícito movida pelo Ministério Público Estadual. Foram constatadas irregularidades no procedimento licitatório referente a contrato de gestão do Hospital Infantil Doutor Jeser Amarante Faria para o ano de 2008, no qual a parlamentar estava à frente da Secretaria de Saúde estadual. Zanotto recorre da decisão que determinou o pagamento de multa.	15/12/2015
1	Celso Maldaner (PMDB-SC)	PMDB	SC	4	Foi condenado em ação de improbidade administrativa movida pelo Ministério Público Estadual por prática ilícita cometida quando ocupava o cargo de secretário estadual. A Justiça determinou o pagamento de multa. A sentença foi mantida em segunda instância, com redução do valor da multa.	15/12/2015
1	Cesar Souza (PSD-SC)	PSD	SC	1	É réu em ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal sobre dano ao meio ambiente.	13/04/2016

1	Décio Lima (PT-SC)	PT	SC	11	Foi condenado em ação popular por lesão ao erário na utilização de propaganda institucional para promoção pessoal. A decisão foi mantida em outras instâncias. Foi condenado por uso de verbas públicas para promoção pessoal quando prefeito. A Justiça determinou o ressarcimento da verba aos cofres públicos. A decisão foi mantida em segunda instância. O parlamentar recorreu. Foi condenado por improbidade administrativa pela transferência irregular de recursos do Serviço Autônomo Municipal de Terminais Rodoviários de Blumenau (SETERB) para o município de Blumenau durante a sua gestão como prefeito. A Justiça determinou o pagamento de multa. O parlamentar recorre da decisão. Foi responsabilizado por irregularidades referentes à gestão de recursos de convênios com o governo federal durante a época em que foi prefeito de Blumenau. Recorreu da decisão, que foi mantida. É réu em ação penal referente a crime de responsabilidade por uso indevido de recursos públicos em proveito próprio ou alheio. É alvo de inquérito que investiga improbidade administrativa, crimes da Lei de Licitações e crimes praticados por funcionários públicos contra a administração em geral	15/12/2015
1	Esperidião Amin (PP-SC)	PP	SC	2	É réu em ações civis públicas movidas pelo Ministério Público Estadual e pelo estado de Santa Catarina por improbidade administrativa e dano ao erário	15/12/2015
1	Geovania de Sá (PSDB-SC)	PSDB	SC	1	Foi condenada ao pagamento de multa em virtude de irregularidades constatadas em relação ao desrespeito à ordem cronológica das exigibilidades pelo Fundo Municipal de Saúde de Criciúma durante o exercício de 2013, ano em que a parlamentar era secretária de Saúde do município. Há recurso em andamento	15/12/2015
1	João Paulo Kleinübing (PSD-SC)	PSD	SC	19	Foi condenado em ação civil de improbidade administrativa ao pagamento de multa correspondente a 5 vezes o subsídio que recebia enquanto prefeito de Blumenau. O parlamentar, então prefeito, autorizou o pagamento de gratificações a funcionários de confiança sem que houvesse ato normativo anterior que fixasse as atribuições de cada um desses cargos. Foi condenado em ação civil de improbidade administrativa ao pagamento de multa correspondente a 5 vezes o subsídio que recebia enquanto prefeito de Blumenau. O parlamentar, então prefeito, autorizou o pagamento de gratificações a funcionários de confiança sem que houvesse ato normativo anterior que fixasse as atribuições de cada um desses cargos. Foram desaprovadas as contas do Diretório Estadual do PSD em Santa Catarina, referentes ao exercício financeiro de 2012. O parlamentar, na condição de tesoureiro do Diretório, figura como responsável. A Justiça Eleitoral determinou a suspensão dos repasses do Fundo Partidário por três meses e a aplicação, no ano seguinte à decisão, de 12,5% dos recursos recebidos do Fundo para a criação e manutenção de um programa de promoção e difusão da participação política da mulher. Multado pelo TCE-SC por irregularidades em contas anuais quando prefeito de Blumenau (SC). Multado por irregularidades em processo de licitação. É alvo de diversas ações civis públicas	14/04/2016
1	João Rodrigues (PSD-SC)	PSD	SC	5	Foi condenado a cinco anos de prisão dispensar ilegalmente e fraudar licitação. De acordo com a denúncia, o parlamentar, na condição de prefeito de Pinhalzinho, fraudou procedimento licitatório para comprar uma retroescavadeira da empresa MOTORMAC. O parlamentar conseguiu que a condenação fosse suspensa até apreciação final do recurso. O STF manteve a decisão, mas o recurso ainda está em andamento. Foi condenado por improbidade administrativa (atos contra a administração pública) por determinar a pintura e decoração de prédios e bens públicos municipais com as mesmas cores e layout gráfico do partido ao qual o parlamentar pertencia quando era prefeito do município. Foi condenado ao pagamento de multa e à remoção das pinturas realizadas. O parlamentar recorre da condenação. É réu em outros três processos de ação civil de improbidade administrativa.	

1	Marco Tebaldi (PSDB-SC)	PSDB	SC	27	O parlamentar recorre no STF de condenação em primeira instância por falsidade ideológica, que determinou pagamento de multa, inabilitação para o exercício de cargo público e prisão, substituída por prestação de serviços à comunidade. Condenado ao pagamento de multa em ação por improbidade administrativa movida pelo Ministério Público. Condenado por improbidade administrativa. A Justiça determinou a suspensão dos direitos políticos e ressarcimento ao erário. A condenação foi mantida em segunda instância, mas a pena de suspensão de direitos políticos foi excluída. A Justiça determinou ressarcimento ao erário e pagamento de multa. A condenação foi mantida em segunda instância. Foi condenado por crime de responsabilidade por apropriação ou desvio de bem público, mas houve prescrição da pretensão punitiva. É alvo de inquéritos que apuram sonegação de contribuição previdenciária, crimes de responsabilidade e previstos na Lei de Licitações. É alvo de uma extensa lista de ações de improbidade administrativa movidas pelo MP.	17/12/2015
1	Mauro Mariani (PMDB-SC)	PMDB	SC	1	Réu em ação por improbidade administrativa. A ação havia sido extinta em primeira instância, mas o TJ-SC anulou essa decisão	28/03/2015
1	Pedro Uczeni (PT-SC)	PT	SC	13	O TRE-SC reprovou a prestação de contas do PT referente ao exercício de 2005, quando o parlamentar era dirigente do partido. É alvo de inquérito que apura crimes previstos na Lei de Licitações. É alvo de ação civil pública por dano ao erário. O processo corre sob sigilo de justiça. É alvo de ação por improbidade administrativa movida pelo Ministério Público. O tribunal de segunda instância anulou a sentença que havia julgado o pedido do autor improcedente e determinou o que processo fosse julgado novamente. É alvo de ação por improbidade administrativa movida pelo Ministério Público. O tribunal de segunda instância proveu recurso do autor para dar continuidade à ação, após julgamento da primeira instância pela improcedência do pedido.	16/12/2015
1	Rogério Peninha Mendonça (PMDB-SC)	PMDB	SC	3	O TCE-SC julgou irregulares contas da Empresa de Pesquisa e Extensão Rural referentes ao período em que o parlamentar figurava como responsável pela entidade. No terceiro processo, o parlamentar foi multado pelo Tribunal	17/12/2015
1	Ronaldo Benedet (PMDB-SC)	PMDB	SC	3	É réu em ação por improbidade administrativa movida pelo Ministério Público Federal. É alvo de inquérito que apura crimes eleitorais. É alvo de ação movida pelo Ministério Público por abuso eleitoral.	17/12/2015
1	André Abdon (PP-AP)	PP	AP	1	Foram reprovadas suas contas de campanha para vereador de Macapá nas eleições de 2012.	23/12/2015
1	Cabuçu Borges (PMDB-AP)	PMDB	AP	2	É investigado por abuso de poder econômico e uso indevido de meio de comunicação social em ações propostas pelo Ministério Público Eleitoral. A Justiça Eleitoral do Amapá considerou abusiva a atuação do Sistema Beija-flor de Comunicação (da qual a família do parlamentar é proprietária) em favorecer pessoalmente os candidatos a cargos eletivos da mesma família e aliados políticos.	23/12/2015
1	Janete Capiberibe (PSB-AP)	PSB	AP	2	Parlamentar e o marido, senador João Capiberibe, tiveram os mandatos cassados por captação ilícita de sufrágio nas eleições de 2002. Recorreram, mas decisão foi mantida. É alvo de inquérito que apura crimes de compra de votos e boca de urna, praticados durante as eleições de 2014.	

1	Jozi Araújo (PTN-AP)	PTN	AP	2	No Relatório de Auditoria Anual de Contas do SESI/AP realizado pela CGU, referente à gestão do ano de 2013, foram apontados indícios de práticas de nepotismo na entidade, dirigida pela parlamentar. O relatório afirma que sua irmã e sua cunhada foram admitidas sem concurso para cargos que exigiam curso superior, qualificação que nenhuma das duas possuía. A CGU também apontou irregularidades na gestão de 2013 do Senai/AP, em seu Relatório de Auditoria Anual de Contas do Senai/AP. Nesse caso, constatou-se que houve a contratação de funcionários fantasmas, de serviços superfaturados, dispensas irregulares de licitações e o pagamento de serviços não realizados.	23/12/2015
1	Marcos Reategui (PSD-AP)	PSD	AP	9	É réu em ação civil de improbidade administrativa movida pelo MPE. É réu por crimes de responsabilidade por acessar inquéritos e informar aos investigados sobre as investigações da Polícia Federal. Foi determinada sua prisão preventiva em novembro de 2013 e no mês seguinte conseguiu sua liberdade por meio de Habeas Corpus que determinou seu afastamento do cargo. Em virtude de sua diplomação como deputado federal, o processo foi remetido ao STF: Ação Penal referente a crimes da Lei de Licitações, peculato e organização criminosa. Referente a crimes contra o sistema financeiro nacional. É também investigado em ações civis de improbidade administrativas movidas pelo Ministério Público Federal. É investigado em processo por abuso de poder econômico movido pelo Ministério Público Eleitoral.	23/12/2015
1	Roberto Góes (PDT-AP)	PDT	AP	25	Foi multado por abuso do poder de autoridade, político e econômico, bem como conduta vedada a agentes públicos, por realizar propaganda eleitoral custeada com recursos públicos de Macapá, quando concorria à reeleição ao cargo de prefeito do município. Também havia sido considerado inelegível, porém conseguiu reverter a decisão em recurso. Foi condenado ao pagamento de multa por ter autorizado aquisição irregular de medicamentos sem licitação, no período em que era prefeito de Macapá. Responde, nas justiças federal e estadual, por ações de improbidade administrativa. Responde por seis ações penais no STF. Também responde por nove inquéritos no STF.	01/02/2016
1	Vinicius Gurgel (PR-AP)	PR	AP	5	É alvo de dois inquéritos que apuram crimes contra a ordem tributária. É alvo de dois inquéritos que apuram crimes eleitorais. É alvo de representação movida pelo Ministério Público por compra de votos.	01/02/2016
1	Beto Faro (PT-PA)	PT	PA	2	É alvo de ação penal por tráfico de influência movida pelo Ministério Público Federal. É alvo de inquérito que apura crimes de tráfico de influência.	22/07/2015
1	Delegado Éder Mauro (PSD-PA)	PSD	PA	1	É réu em ação penal por ameaça	11/12/2015
1	Edmilson Rodrigues (PSOL-PA)	PSOL	PA	4	É alvo de ações civis por improbidade administrativa movidas pelo Ministério Público Federal.	01/03/2016
1	Hélio Leite (DEM-PA)	DEM	PA	3	É réu em diversas ações civis públicas de improbidade administrativa com dano ao erário movidas pelo Ministério Público Federal	
1	Josué Bengtson (PTB-PA)	PTB	PA	2	É réu em ação penal que apura peculato, crimes de lavagem ou ocultação de bens, corrupção ativa e passiva. Trata-se do caso da Máfia das Ambulâncias e da Operação Sanguessuga. É alvo de ação de improbidade administrativa movida pelo Ministério Público Federal.	22/07/2015
1	Simone Morgado (PMDB-PA)	PMDB	PA	1	Enquanto presidenta do diretório municipal do PMDB em Bragança (PA), teve as contas do exercício de 2003 julgadas irregulares.	02/09/2015

1	Wladimir Costa (SD-PA)	SD	PA	3	É réu em ação penal sobre peculato, movida pelo Ministério Público Federal. Corre sob segredo de justiça. Responde a processo por crimes de captação ou gasto ilícito de recursos financeiros em sua campanha eleitoral de 2014. Teve reprovadas as contas de campanha referentes à candidatura de 2014. O parlamentar recorre da decisão.	02/09/2015
1	Alex Canziani (PTB-PR)	PTB	PR	1	É réu em ação civil pública por improbidade administrativa com dano ao erário movida pelo Ministério Público do Paraná. Teve decretada a indisponibilidade de seus bens e a quebra de sigilo bancário.	17/02/2016
1	Alfredo Kaefer (PSL-PR)	PSL	PR	3	É réu em ação penal por crimes contra o sistema financeiro nacional e formação de quadrilha. De acordo com a denúncia, o parlamentar, quando ocupava o cargo de presidente-diretor do Conselho de Administração da SUL Financeira, autorizou a emissão de cartas-fiança sem consultar os registros contábeis, configurando gestão fraudulenta. Teria ainda realizado operações de desconto de títulos e firmado empréstimo com sua própria empresa, Diplomata Industrial e Comercial LTDA, o que corresponde à prática de empréstimo vedado. A ação está em segredo de justiça. É alvo de inquérito que apura crime contra o patrimônio público. É alvo de inquérito que apura crimes contra a ordem tributária.	17/02/2016
1	Dilceu Sperafico (PP-PR)	PP	PR	3	É alvo de inquérito aberto com a Operação Lava Jato da Polícia Federal, que investiga esquema de corrupção, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro com recursos desviados da Petrobras. Em delação premiada, o doleiro Alberto Youssef disse que Dilceu teria sido um dos beneficiários da "cota" do PP, paga com propinas de empreiteiras. É investigado em inquéritos movidos pelo Ministério Público Federal por crimes contra a administração pública e peculato. É alvo de representação por conduta vedada a agente público movida pelo MPE.	19/02/2016
1	Enio Verri (PT-PR)	PT	PR	1	Foi condenado em ação de improbidade administrativa. Entrou com embargos de declaração, mas a decisão foi mantida.	19/02/2016
1	Fernando Francischini (SD-PR)	SD	PR	2	É alvo de ação movida pela Defensoria Pública do Paraná. É alvo de ação civil de improbidade administrativa ajuizada pelo Ministério Público.	19/02/2016
1	João Arruda (PMDB-PR)	PMDB	PR	1	Foi condenado por homicídio culposo em acidente de trânsito que matou duas pessoas. A Justiça transformou a pena de detenção em pagamento de indenização e trabalho à comunidade	
1	Leopoldo Meyer (PSB-PR)	PSB	PR	2	Foi condenado a pagamento de multa devido à contratação de empresa sem prévia licitação, enquanto prefeito de São José dos Pinhais. Recorreu da decisão, que foi mantida. Parlamentar recorre. Foi responsabilizado por conduta vedada a agentes públicos por veiculação de propaganda institucional irregular. A Justiça determinou o pagamento de multa de R\$ 15.960.	22/02/2016
1	Luiz Nishimori (PR-PR)	PR	PR	1	É alvo de inquérito referente a crimes de estelionato majorado, formação de quadrilha e crimes contra a fé pública	22/02/2016
1	Marcelo Belinati (PP-PR)	PP	PR	1	É alvo de inquérito que apura suposto uso ilegal, na propaganda eleitoral, de símbolos, frases ou imagens, associadas ou semelhantes às empregadas por órgão de governo, empresa pública ou sociedade de economia mista, quando o investigado era candidato à prefeitura de Londrina (PR).	22/02/2016
1	Nelson Meurer (PP-PR)	PP	PR	1	É alvo de inquéritos abertos com a Operação Lava Jato da Polícia Federal, que investigam esquema de corrupção, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro com recursos desviados da Petrobras	23/02/2016
1	Nelson Padovani	PSDB	PR	1	Teve rejeitadas as contas eleitorais referentes à candidatura de 2014. O parlamentar recorre	17/03/2016

1	Ricardo Barros (PP-PR)	PP	PR	3	Foi condenado por fraude em venda de equipamentos da Prefeitura de Maringá, referente ao período que governou o município. Embora o negócio tenha sido fechado com o município de Luiziana, o comprador final foi um dos membros da comissão avaliadora dos equipamentos. A condenação foi mantida em segunda instância. Recorreu ao STJ, mas a condenação foi mantida. Condenado em segunda instância por danos causados aos cofres públicos em função de isenções tributárias ilegais que concedeu quando prefeito de Maringá. A Justiça determinou o ressarcimento do erário. O parlamentar interpôs recurso, mas a decisão foi mantida: STJ - Recurso especial nº 728702/2005. Chegou a recorrer ao STF, mas teve o recurso negado. O parlamentar é investigado por corrupção passiva, peculato e fraude em licitação para contratação de serviços publicitários para a Prefeitura de Maringá em favor da empresa Meta Propaganda. O processo corre sob sigilo de justiça.	23/02/2016
1	Rubens Bueno (PPS-PR)	PPS	PR	1	As contas do PPS de Carlópolis (PR) e de Chopinzinho (PR) relativas ao ano de 2014 não foram prestadas, como exige a Justiça Eleitoral. Foi determinada a suspensão de repasses do Fundo Partidário, bem como a devolução de repasses cujas contas não foram prestadas e a suspensão do registro do órgão regional do partido, do qual o parlamentar é presidente	24/02/2016
1	Sergio Souza (PMDB-PR)	PMDB	PR	1	É réu em ação civil de improbidade administrativa com dano ao erário, movida pelo Ministério Público Estadual, referente a irregularidades e fraudes em licitação.	24/02/2016
1	Takayama (PSC-PR)	PSC	PR	2	É réu em ação penal que investiga crimes contra a ordem tributária, estelionato e peculato. É acusado de desviar verbas públicas por meio de provimentos irregulares em cargos de comissões. Ação civil pública nº 0004448-42.2007.8.16.0004 - É réu em ação civil de improbidade administrativa movida pelo Ministério Público Estadual e pelo Estado do Paraná.	24/02/2016
1	Toninho Wandscheer (PROS-PR)	PROS	PR	3	Foi multado por conduta vedada a agente público pela prática de propaganda institucional com dinheiro público. Parlamentar recorreu e multa foi reduzida: Recurso eleitoral. Recorreu em terceira instância e foi mantido o valor. É réu em ações civis públicas por improbidade administrativa (dano ao erário) abertas com a Operação Sanguessuga da Polícia Federal, que desmontou esquema de desvio de verbas públicas da União. O ex-prefeito é acusado de irregularidades em convênio para compra de ambulância para o município Fazenda Rio Grande. Foi condenado à suspensão dos direitos políticos por cinco anos, ao pagamento de multa civil equivalente a 20 vezes o montante da atual remuneração do prefeito de Fazenda Rio Grande, e à proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo de três anos. É réu em ação civil pública por ato de improbidade administrativa movida pelo município de Fazenda Rio Grande. O ex-prefeito é acusado de cometer irregularidades ao aprovar decreto de loteamento imobiliário que o beneficiaria direta ou indiretamente por ser sócio da empresa loteadora. O processo segue em sigilo de justiça.	24/02/2016
1	Zeca Dirceu (PT-PR)	PT	PR	2	É réu em ação por improbidade administrativa proposta pelo Ministério Público Federal. Em primeira instância, foi absolvido. Entretanto, a apelação do Ministério Público Federal foi provida no tribunal de segunda instância. O parlamentar recorre da decisão em terceira instância. Foi condenado duas vezes ao pagamento de multa por conhecimento prévio sobre propaganda irregular que utilizou o jornal e a página eletrônica da Prefeitura Municipal de Cidade Gaúcha (PR) como meios de divulgação e fomento à sua candidatura a deputado federal, valendo-se do bem público em favor particular.	24/02/2016

1	Carlos Marun (PMDB-MS)	PMDB	MS	2	Teve as contas relativas à campanha de 2002 rejeitadas pela Justiça Eleitoral de Mato Grosso do Sul. O parlamentar recorreu, mas a decisão foi mantida. É réu em ação civil de improbidade administrativa com dano ao erário.	03/03/2016
1	Dagoberto (PDT-MS)	PDT	MS	4	Condenado por improbidade administrativa a multa civil e a ressarcir aos cofres públicos o montante gasto em contrato com a empresa AGS Segurança. Dagoberto move ação rescisória contra a sentença. Condenado por improbidade administrativa e sentenciado a ressarcir aos cofres públicos o dano causado pelo uso de propaganda sobre a Lei Seca para promoção pessoal do deputado. A decisão foi mantida em segunda instância. Dagoberto ainda entrou com agravo no recurso, no STJ, mas não foi provido. É alvo de ação penal por crimes contra o sistema financeiro nacional, além de crimes da Lei de Licitações, peculato e formação de quadrilha.	03/03/2016
1	Geraldo Resende (PSDB-MS)	PSDB	MS	4	O partido PPS teve desaprovada a prestação de contas referente ao ano de 2005 quando era presidente do partido. Teve declarada irregular a execução financeira em sua gestão enquanto secretário da Saúde. Teve declarada irregular a execução de contrato administrativo. É alvo de inquérito que apura corrupção passiva.	03/03/2016
1	Mandetta (DEM-MS)	DEM	MS	3	É alvo de inquérito que apura crime da Lei de Licitações e tráfico de influência. É alvo de ações civis de improbidade administrativa com dano ao erário na Justiça Federal, ajuizadas pelo MPF.	03/03/2016
1	Vander Loubet (PT-MS)	PT	MS	6	É alvo de inquérito aberto com a Operação Lava Jato da Polícia Federal, que investiga esquema de corrupção e lavagem de dinheiro com recursos desviados da Petrobras. É alvo de três inquéritos que apuram crimes contra a ordem tributária e previstos na Lei de Licitações. É réu em ação civil de improbidade administrativa movida pelo Ministério Público Estadual. Foi responsabilizado e multado por irregularidades em contratos quando secretário.	03/03/2016
1	Zeca do Pt (PT-MS)	PT	MS	7	É alvo de inquérito que apura crime de peculato. É alvo em diversas ações civis públicas e de improbidade administrativa movidas pelo Ministério Público Estadual.	04/03/2016
1	Alfredo Nascimento (PR-AM)	PR	AM	11	Foi condenado com seu então secretário de Administração por improbidade administrativa praticada durante sua gestão como prefeito de Manaus: no exercício de 1997 a 2003 foram contratadas mais de 14 mil pessoas para cargos nas secretarias municipais sem concurso público. A Justiça determinou a suspensão dos direitos políticos do parlamentar por cinco anos. O parlamentar recorre em segunda instância. As contas referentes à aplicação de royalties da Petrobras -- transferidos à prefeitura de Manaus no exercício de 1988 -- foram julgadas irregulares. Mediante recurso, as contas foram julgadas regulares, mas a multa foi mantida. É alvo de inquérito que apura a prática de crimes contra a administração pública. É réu em ação penal por crime de falsidade ideológica. De acordo com a denúncia, o parlamentar inseriu informações falsas em prestação de contas eleitoral em 2006 para justificar despesas de R\$ 15 mil com banners, minidors e cartazes. É alvo de inquérito que apura crimes contra a administração pública, relacionados a irregularidades na contratação de empresas para execução de obras, durante o período em que o parlamentar foi ministro dos transportes. É alvo de ações de improbidade administrativa movidas pelo Ministério Público. É alvo de ações populares por ter aprovado ilegalmente, mediante decretos, aumento de salário para funcionários públicos municipais.	25/02/2016
1	Átila Lins (PSD-AM)	PSD	AM	1	É alvo de ação civil pública por dano ao erário, movida pelo Ministério Público Estadual.	25/02/2016
1	Conceição Sampaio (PP-AM)	PP	AM	1	É alvo de ação civil de improbidade administrativa com dano ao erário.	25/02/2016

1	Hissa Abrahão (PDT-AM)	PDT	AM	1	É requerido em ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado do Amazonas.	
1	Marcos Rotta (PMDB-AM)	PMDB	AM	1	É alvo de ação civil de improbidade administrativa com dano ao erário.	25/02/2016
1	Pauderney Avelino (DEM-AM)	DEM	AM	1	A prestação de contas do partido foi declarada não prestada quando era presidente regional do partido. Houve a suspensão do repasse de novas cotas do Fundo Partidário pelo tempo em que durar a omissão.	25/02/2016
1	Silas Câmara (PRB-AM)	PRB	AM	4	O PTB teve reprovada a prestação de contas referente ao exercício financeiro de 2004, quando o parlamentar era ordenador de despesas do partido em nível estadual. É réu de ação civil por improbidade administrativa (dano ao erário) movida pelo Ministério Público Federal; o parlamentar recorre do processo. É réu em ação penal que investiga falsificação de documento público. É alvo de ação penal que apura improbidade administrativa.	25/02/2016
1	Lindomar Garçon (PRB-RO)	PRB	RO	5	Foi condenado por improbidade administrativa por envolvimento na Máfia das Ambulâncias, que consistia em desvio de verba federal do Sistema Único de Saúde para compra de ambulâncias superfaturadas. Político era prefeito de Candeias do Jamari na época. A Justiça determinou ressarcimento ao erário, perda dos direitos políticos por 5 anos, além da perda dos cargos ou funções públicas desempenhadas. O parlamentar recorre. Foi condenado junto com o senador Ivo Cassol (PP) por abusos de poder político e econômico por utilização indevida de entidade de classe estudantil para participação em comício. A Justiça determinou sua inelegibilidade para as eleições subsequentes ao pleito de 2010 por três anos. Recorre da decisão: TSE - Recurso nº 288787/2013. Político entrou com pedido de efeito suspensivo, que foi aceito. Foram reprovadas as contas do Partido Verde em 2011, quando o parlamentar era responsável. É réu em ação penal referente a crimes eleitorais. É alvo de inquérito referente a crimes de captação ilícita de votos e corrupção eleitoral.	04/03/2016
1	Lucio Mosquini (PMDB-RO)	PMDB	RO	2	É alvo de inquérito que apura a prática dos crimes de organização criminosa, falsidade ideológica e lavagem de dinheiro. A denúncia relatou indícios, apurados pela Operação Ludus, de superfaturamento, direcionamento, fraude e desvio de recursos públicos na licitação e execução das obras públicas, estimadas ao custo de mais de R\$ 22 milhões. O parlamentar chegou a ser preso preventivamente no curso da operação, por determinação do TJ-RO. Contudo, o STJ concedeu o habeas corpus aos acusados. Foi multado por não cumprir com determinações do processo de tomada de contas Nº 006.625/2008-5, referentes à construção de anel rodoviário pelo DER-RO, órgão que dirigia à época.	07/03/2016
1	Luiz Cláudio (PR-RO)	PR	RO	3	É alvo de inquérito referente a crime de corrupção passiva. Na ação cautelar nº 3827/2015, o STF determinou a quebra do sigilo bancário do parlamentar. Na condição de presidente do PR, figura como responsável em duas prestações de contas municipais do partido, cujas contas para o exercício de 2014 não foram prestadas.	07/03/2016
1	Marinha Raupp (PMDB-RO)	PMDB	RO	1	Foi condenada juntamente com seu marido Valdir Raupp de Matos, governador de Rondônia à época, por improbidade administrativa. Ambos foram acusados de promoção pessoal pela confecção de cartilhas por intermédio da Fundação de Amparo ao Menor Carente e Ação Social de Rondônia. A parlamentar recorreu e a Justiça decidiu pela reforma parcial da decisão, mantendo as penas de ressarcimento ao erário e multa civil. Recorreu da condenação, que foi mantida.	07/03/2016

1	Nilton Capixaba (PTB-RO)	PTB	RO	5	Diretório estadual do PTB teve as contas reprovadas referente ao exercício de 2009, quando o parlamentar era presidente. Partido recorreu, mas decisão foi mantida. Acusado de envolvimento com a Máfia das Ambulâncias, é réu em ação penal movida pelo Ministério Público Federal por corrupção passiva, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha. É réu em ação penal movida pelo Ministério Público Federal, referente a prática de crimes da Lei de Licitações. É alvo de ação de improbidade administrativa (violação aos princípios administrativos) movida pelo MPF por envolvimento com a máfia das ambulâncias. Trata-se de ação civil de improbidade administrativa relacionada à Máfia das Ambulâncias.	08/03/2016
1	Célio Silveira (PSDB-GO)	PSDB	GO	6	É alvo de inquérito por crimes de responsabilidade. É réu em sete ações civis públicas movidas por improbidade administrativa pelo Ministério Público do Estado	03/02/2016
1	Giuseppe Vecchi (PSDB-GO)	PSDB	GO	1	O tribunal desaprovou as contas da campanha eleitoral de 2014 prestadas pelo parlamentar. Após interposto recurso, o tribunal excluiu apenas a determinação do pagamento de multa. O parlamentar recorre da decisão que desaprovou sua prestação de contas	11/02/2016
1	Heuler Cruvinel (PSD-GO)	PSD	GO	1	É alvo de representação proposta pelo Ministério Público Federal por abuso de poder e captação ilícita de sufrágio.	
1	João Campos (PRB-GO)	PRB	GO	1	Foram rejeitadas suas contas da campanha eleitoral de 2014. Tanto o parlamentar quanto o Ministério Público Eleitoral recorreram da decisão. Somente o recurso do MPE foi provido, e a decisão foi reformada para incluir a devolução dos recursos eleitorais de origem desconhecida ao Tesouro Nacional.	
1	Jovair Arantes (PTB-GO)	PTB	GO	3	Prestação de contas das eleições de 2006 foi rejeitada e o TSE manteve a decisão. Suas contas de campanha também foram reprovadas em 2012. Recorreu, mas a decisão foi mantida. É alvo de ação movida pelo MPF por improbidade administrativa.	11/02/2016
1	Magda Mofatto (PR-GO)	PR	GO	8	Teve o mandato de prefeita cassado em 2007 por captação de sufrágio e abusos de poder político e econômico nas eleições de 2004. É alvo de ações civis públicas, inclusive de improbidade administrativa.	11/02/2016
1	Roberto Balestra (PP-GO)	PP	GO	3	Teve rejeitada prestação de contas referente às eleições de 2006. O parlamentar entrou com recurso, mas decisão foi mantida. É alvo de inquérito aberto com a Operação Lava Jato da Polícia Federal, que investiga esquema de corrupção, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro com recursos desviados da Petrobras. É alvo de inquérito que envolve quebra de sigilo bancário, movido pelo Ministério Público Federal. O processo tramita sob sigilo de Justiça.	15/02/2016
1	Rubens Otoni (PT-GO)	PT	GO	1	É alvo de inquérito que apura lavagem de dinheiro.	15/02/2016
1	Thiago Peixoto	PSD	GO	1	Teve rejeitada prestação de contas referente às eleições de 2006. O parlamentar teve negado recurso no TSE	06/10/2014

1	Alberto Fraga (DEM-DF)	DEM	DF	7	Foi condenado por porte ilegal de arma de fogo. Justiça determinou pena de quatro anos de reclusão em regime aberto. Parlamentar recorreu, mas decisão foi mantida. Teve reprovada a prestação de contas referente a sua campanha eleitoral ao cargo de senador em 2010. Recorreu, mas a decisão foi mantida. É alvo de ação civil de improbidade administrativa movida pelo Ministério Público Federal. A ação pede a devolução de pagamento irregular de trabalhadora doméstica que constava como secretária parlamentar na folha de pagamento de seu gabinete. É réu em ação penal por peculato e falsidade ideológica, movida pelo Ministério Público Federal. É réu em ação penal por concussão (exigir vantagem indevida), movida pelo Ministério Público Federal. É alvo de inquérito referente a crime de concussão. A denúncia foi recebida, por unanimidade. É alvo de dois inquéritos no STF que investigam crimes da Lei de Licitações	04/08/2015
1	Augusto Carvalho (SD-DF)	SD	DF	7	Condenado por improbidade administrativa pela contratação sem licitação prévia da Real Sociedade Espanhola de Beneficência para a administração do Hospital Santa Maria. A Justiça determinou a perda da sua função pública, o pagamento da multa civil fixada em cem vezes o valor da remuneração e a suspensão dos direitos políticos por oito anos. Teve rejeitada a prestação de contas referente às eleições de 1998. É alvo de inquérito que apura crimes da Lei de Licitações e peculato. É alvo de inquérito que apura crime de corrupção passiva. É réu em três ações civis de improbidade administrativa.	06/08/2015
1	Erika Kokay (PT-DF)	PT	DF	3	É alvo de inquérito que apura corrupção ativa, formação de quadrilha e lavagem ou ocultação de bens, direitos ou valores. É alvo de inquérito que apura crimes contra a ordem tributária. É alvo de investigação penal movida pelo Ministério Público Federal.	15/07/2015
1	Izalci (PSDB-DF)	PSDB	DF	3	Teve rejeitada prestação de contas referente às eleições de 2006. Parlamentar recorreu, mas decisão foi mantida. É réu em ação penal por crimes contra a fé pública eleitoral e falsidade ideológica. É investigado por omissão de doação na prestação de contas de campanha eleitoral em 2006. É alvo de investigação que apura crime de peculato.	
1	Laerte Bessa (PR-DF)	PR	DF	1	É réu em ação civil de improbidade administrativa (violação dos princípios administrativos) movida pelo Ministério Público Estadual. O parlamentar é investigado por irregularidades em concurso público para delegado da Polícia Civil do Distrito Federal	04/08/2015
1	Rogério Rosso (PSD-DF)	PSD	DF	1	É indiciado por corrupção eleitoral.	30/03/2016
1	Rôney Nemer (PP-DF)	PP	DF	9	É alvo de três inquéritos que apuram crimes da Lei de Licitações. É réu em ação penal por crimes de lavagem de dinheiro e corrupção passiva. É réu em ação penal por crimes da Lei de Licitações. É réu em quatro ações civis públicas por improbidade administrativa movidas pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.	18/08/2015
1	César Messias (PSB-AC)	PSB	AC	3	É réu em processo movido pelo Ministério Público Federal por crimes de responsabilidade de funcionários públicos. É alvo de ação civil de improbidade administrativa (enriquecimento ilícito) movida pelo Município de Cruzeiro do Sul. É alvo de duas ações civis de improbidade administrativa movidas pelo Ministério Público Federal.	10/08/2015

1	Flaviano Melo (PMDB-AC)	PMDB	AC	3	É réu em ação penal movida pelo MPF por peculato e crimes contra o sistema financeiro nacional. É réu em ação civil de improbidade administrativa com dano ao erário e possível enriquecimento ilícito. Foi responsabilizado por omissão de prestação de contas referente a dinheiro recebido do Fundo Especial para Calamidades Públicas. O parlamentar entrou com processo para anular a decisão do TCU, mas a decisão foi mantida.	11/12/2015
1	Rocha (PSDB-AC)	PSDB	AC	2	É réu em ação penal por liderar motim de militares. O processo, iniciado no Tribunal de Justiça do Acre, foi deslocado ao STF em virtude da diplomação do parlamentar como deputado federal. É réu em ação de reintegração de posse movida pelo Estado do Acre, por se recusar a desocupar voluntariamente "Vila Militar", localizada em imóvel de propriedade do ente estatal.	11/08/2015
1	Carlos Henrique Gaguim (PTN-TO)	PTN	TO	10	Foi condenado à pena de inelegibilidade por 8 anos, a partir do pleito de 2010. O parlamentar recorre. Foi condenado por abuso de poder e conduta vedada à agente público. É réu em ações por improbidade administrativa movida pelo MPE.	27/10/2015
1	César Halum (PRB-TO)	PRB	TO	3	É alvo de inquérito movido pelo Ministério Público Federal por peculato, falsidade ideológica e corrupção passiva. Foi condenado ao ressarcimento dos cofres públicos no montante de R\$ 230.832,55 e ao pagamento de multa por má-gestão dos recursos financeiros da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins no ano de 2006, quando era Presidente da Casa. Foi condenado ao pagamento de multa por dispensa de licitação em contratação e contrato de serviços irregular, considerados ilegais pelo tribunal por infringirem a Lei nº 8.666/93 e a Constituição Federal.	31/07/2015
1	Irajá Abreu (PSD-TO)	PSD	TO	1	Foi multado pelo IBAMA por crime contra o meio ambiente. A decisão foi mantida em reexame	
1	Josi Nunes (PMDB-TO)	PMDB	TO	2	Teve as contas da campanha para o cargo de deputada estadual nas eleições de 2006 julgadas irregulares. É ré em ação civil pública. Também são réus na ação os ex-deputados estaduais Raimundo Coimbra Junior, José Augusto Pugliesi, Sargento Aragão, Fábio Martins de Santana, o atual deputado estadual Eduardo do Dertins (PPS), o ex-deputado federal Angelo Agnolin e o atual deputado federal César Halum (PRB). Além disso, ainda figuram como réus o prefeito de Arrais (TO) Cacildo Vasconcelos, o prefeito de Gurupi (TO) Laurez Moreira e o ex-vice-governador do Tocantins Paulo Sidnei Antunes, entre outros.	27/10/2015
1	Lázaro Botelho (PP-TO)	PP	TO	3	Foi condenado a pagamento de multa de R\$ 25 mil por captação ilícita de votos. Teve reprovada a prestação de contas das eleições de 2014 para deputado federal. Parlamentar recorre. É alvo de inquérito aberto com a Operação Lava Jato da Polícia Federal, que investiga esquema de corrupção, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro com recursos desviados da Petrobras.	30/03/2015
1	Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO)	DEM	TO	12	Foi condenada por improbidade administrativa a suspensão dos seus direitos políticos, ressarcimento integral do dano causado ao erário, proibição de contratar com o poder público e de receber benefícios fiscais ou creditícios por cinco anos, além de multa civil de setenta mil reais. Durante o período em que foi secretária estadual de Educação e Cultura ocorreram irregularidades na aplicação de verbas públicas federais provenientes do Programa para Educação de Jovens e Adultos - PEJA do Ministério da Educação, causando prejuízo ao erário de mais de cem mil reais. Parlamentar recorre. É ré em ação penal referente a crimes na Lei de Licitações, ajuizada pelo Ministério Público Federal. É ré em ações penais por peculato. É investigada em inquéritos que apuram crimes na Lei de licitações e/ou peculato. Os TCE detectou irregularidades na gestão da secretaria de Educação e Cultura e lhe aplicou multa.	20/07/2015

1	Adilton Sachetti (PSB-MT)	PSB	MT	9	Foi condenado por contratações temporárias sem concurso público, quando prefeito. Justiça determinou pagamento de multa civil. O parlamentar recorre em segunda instância. O Tribunal constatou irregularidade em contratação temporária sem considerar os requisitos exigidos no processo seletivo, todavia, houve prescrição do feito e processo foi arquivado sem punição. É réu em ação penal por crimes de responsabilidade. De acordo com a denúncia, o parlamentar teria empregado irregularmente repasses de um convênio firmado com o Estado do Mato Grosso, a época em que era prefeito do município de Rondonópolis (MT). É alvo de ações civis de improbidade administrativa e ações penais movidas pelo Ministério Público Estadual. Com dano ao erário. A ação foi recebida, decretou-se a indisponibilidade de bens e houve quebra de sigilo bancário e fiscal. É réu em ação penal referente a crimes de responsabilidade. Em virtude de sua condição de deputado federal, a justiça decidiu pelo declínio de competência e o processo foi remetido ao STF.	10/08/2015
1	Carlos Bezerra (PMDB-MT)	PMDB	MT	9	Foi condenado por improbidade administrativa, juntamente com outros administradores públicos, pela dispensa fraudulenta de licitação a fim de obter vantagem indevida, durante a sua gestão como presidente do INSS. É réu em ação penal movida pelo MPF por peculato e crimes previstos na lei de licitações. É alvo de ações civis públicas, inclusive de improbidade administrativa. Responsabilizado por irregularidades referentes à consignação do pagamento de empréstimos em benefícios previdenciários. Recorreu da decisão, que foi mantida. Responsabilizado por irregularidades em contrato firmado entre o Instituto Nacional do Seguro Social e a Fundação Universidade de Brasília. Teve reprovada prestação de contas referente às eleições de 2010. A decisão foi mantida em instância superior. Foi mantida a decisão que julgou irregular a prestação de contas referente à campanha eleitoral de 1998.	30/07/2015
1	Nilson Leitão (PSDB-MT)	PSDB	MT	18	Diretório estadual do PSDB teve as contas referente ao exercício de 2007 reprovadas, quando o parlamentar era presidente. O partido recorreu, mas a decisão foi mantida. Foram reprovadas as contas referentes ao exercício de 2010 do diretório regional do PSDB. O parlamentar era o presidente regional do partido, à época. O partido recorre. É alvo de inquérito que apura corrupção passiva, referente aos esquemas de corrupção entre a empreiteira Gautama e administradores públicos no município de Sinop (MT), à época em que o parlamentar era prefeito. Em 2007, ele chegou a ser preso preventivamente na Operação Navalha da Polícia Federal, que investigava o mesmo caso. Entre outros.	01/04/2016
1	Professor Victório Galli (PSC-MT)	PSC	MT	1	É alvo de inquérito policial que investiga homicídio culposo de trânsito. Em 2009, o parlamentar envolveu-se em um acidente de trânsito na BR-163, em que seu carro colidiu com um caminhão, matando o motorista.	06/08/2015

1	Ságuas Moraes (PT-MT)	PT	MT	9	Foi desaprovada a prestação de contas anual de 2010 do diretório regional do PT no Mato Grosso, quando o parlamentar exercia o cargo de presidente regional da sigla. A Justiça Eleitoral determinou a suspensão de repasses do Fundo Partidário por seis meses. Foram rejeitadas suas contas de campanha, referentes às eleições de 2014. Foram detectadas irregularidades em convênio firmado entre a Prefeitura de Paranatinga e a Secretaria de Estado de Educação, que era gerida, à época, pelo parlamentar. Foram detectadas irregularidades em convênio firmado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e a Secretaria de Estado de Educação, que era gerida, à época, pelo parlamentar. Multado por irregularidades em contrato firmado entre a Construtora Planecon Ltda. e a Secretaria de Educação do Mato Grosso. Foram detectadas irregularidades em contrato firmado entre a empresa Brasília Serviços de Informática Ltda a Secretaria de Educação do Mato Grosso. Foi multado em representação formulada pela Secretaria de Controle Externo de Obras e Serviços de Engenharia devido ao não atendimento de requisitos mínimos de salubridade, acessibilidade e segurança em escola estadual. O parlamentar interpos recurso, mas a decisão foi mantida. Multado por irregularidades em convênio da Secretaria de Educação com o município de Primavera do Leste. Multado por irregularidades em execução de obras em escola estadual de Tangará da Serra.	31/07/2015
1	Valtenir Pereira (PMDB-MT)	PMDB	MT	2	É alvo de inquérito que apura crimes da Lei de Licitações. Foram desaprovadas as contas relativas ao exercício financeiro do PSB nos anos de 2009 e 2010, quando o parlamentar presidia a regional do partido	28/03/2016
1	Alex Manente (PPS-SP)	PPS	SP	2	É alvo de inquérito que apura a prática de crimes eleitorais. É alvo de ação por improbidade administrativa e dano ao erário movida pelo Ministério Público.	
1	Andres Sanchez (PT-SP)	PT	SP	5	Suas contas de campanha eleitoral referentes à candidatura de 2014 foram desaprovadas. O parlamentar recorre da decisão. É alvo de inquérito que apura crimes eleitorais, por declarações falsas em seu registro de candidatura e prestação de contas eleitoral, e crimes contra a ordem tributária, havendo a suspeita de sonegação de impostos por parte de empresas em que o parlamentar é sócio. O parlamentar e outros três dirigentes e ex-dirigentes do Corinthians são investigados por apropriação indébita previdenciária e sonegação de contribuição previdenciária.	29/10/2015
1	Antonio Bulhões (PRB-SP)	PRB	SP	1	É alvo de inquérito que apura crime de peculato	30/10/2015
1	Arlindo Chinaglia (PT-SP)	PT	SP	1	É alvo de ação civil pública movida pelo Ministério Público Estadual. Processo também envolve os deputados federais Baleia Rossi (PMDB-SP), Beto Mansur (PRB-SP), Eli Correa Filho (DEM-SP) e Paulo Teixeira (PT-SP).	30/10/2015
1	Arnaldo Jardim (PPS-SP)	PPS	SP	1	É réu em ação civil pública sobre meio ambiente movida pelo Ministério Público Estadual. Processo também envolve os deputados paulistas Arlindo Chinaglia (PT-SP), Baleia Rossi (PMDB-SP), Beto Mansur (PRB-SP), Eli Correa Filho (DEM-SP), Paulo Teixeira (PT-SP) e Rodrigo Garcia (DEM-SP)	22/08/2014

1	Baleia Rossi (PMDB-SP)	PMDB	SP	12	Foi condenado em ação popular por improbidade administrativa à devolução de valores indevidamente recebidos por pagamentos ilegais. Recorreu da decisão, que foi mantida. Foi condenado em ação popular a ressarcir o erário público devido ao recebimento de verbas indevidas durante a época em que foi vereador de Ribeirão Preto. Recorreu da decisão, que foi mantida. Foi condenado em ação popular a ressarcir o erário público devido ao recebimento de verbas indevidas durante a época em que foi vereador de Ribeirão Preto. Recorre da decisão. Foi condenado em ação popular a ressarcir o erário público devido ao recebimento ilegal de valores percebidos a título de ajuda de custo. Recorreu da decisão, que foi mantida. Foi condenado em ação civil pública movida pelo Ministério Público Estadual a devolver aos cofres públicos municipais os gastos irregulares dispendidos com a utilização de telefonia celular. Teve reprovada a prestação de contas das eleições de 2014 para deputado federal.	
1	Beto Mansur (PRB-SP)	PRB	SP	47	Foi condenado em primeira instância pelas condições de trabalho degradantes, análogas à de escravo, a que os trabalhadores empregados em suas fazendas eram submetidos. Teve que pagar indenização de R\$ 200 mil por danos morais coletivos. Apresentou recursos, que foram negados. Foi condenado em ação civil pública por improbidade administrativa/violação aos princípios administrativos ao ressarcimento ao erário e a pagamento de multa. A condenação foi mantida em dois julgamentos na segunda instância. Foi condenado a ressarcir os cofres públicos por contrato de fornecimento de cestas básicas firmado com dispensa irregular de licitação pelo município de Santos. O STJ manteve a decisão, mas reduziu o valor a ser indenizado pelo parlamentar. Foi condenado a pagamento de indenização por danos morais e materiais por omissão relativa à segurança do trabalho, juntamente com o Partido Progressista (PP). O parlamentar recorre da decisão. Teve reprovada a prestação de contas referente às eleições de 2010. O parlamentar recorreu da decisão, que foi mantida. É alvo de representação movida pela Procuradoria Regional Eleitoral por captação ou gasto ilícito de recursos financeiros nas eleições de 2014. É réu em ação penal por trabalho escravo. É réu em ação penal movida pelo Ministério Público Federal por crimes de responsabilidade cometidos quando prefeito. O TCE reprovou contas e apontou irregularidades em processos licitatórios.	12/11/2015
1	Bruna Furlan (PSDB-SP)	PSDB	SP	1	Foi condenada por improbidade administrativa a pagamento de multa civil e proibição de contratar com o poder público por três anos. A parlamentar recorre	30/10/2015
1	Carlos Sampaio (PSDB-SP)	PSDB	SP	2	Mantida decisão que reprovou prestação de contas referente às eleições municipais de Campinas de 2008. Teve reprovada a prestação de contas referente às eleições de 1998.	06/11/2015
1	Celso Russomanno (PRB-SP)	PRB	SP	2	Foi condenado por peculato pela indicação da gerente administrativa de sua empresa Night and Day para cargo em comissão no seu gabinete parlamentar. O parlamentar recorre. Teve reprovada a prestação de contas da sua campanha para as eleições de 2014 para deputado federal. O parlamentar recorre.	06/11/2015
1	Dr. Sinval Malheiros (PTN-SP)	PTN	SP	1	Teve reprovada a prestação de contas das eleições de 2010 para deputado federal. Recorreu, mas o TSE manteve a decisão	04/11/2015

1	Edinho Araújo (PMDB-SP)	PMDB	SP	6	O TCE-SP julgou irregulares processos licitatórios e contratos firmados pela prefeitura de São José do Rio Preto. O parlamentar recorreu e o Tribunal decidiu pelo parcial provimento do recurso, mantendo, no entanto, a irregularidade dos termos aditivos. Condenado em segunda instância em ação civil de improbidade administrativa à suspensão dos direitos políticos por 5 anos e multado em duas vezes o dano causado ao erário. Recorreu ao STJ (e conseguiu a suspensão liminar da condenação, até que a medida cautelar tenha uma decisão definitiva. Ainda recorre. É réu em ação civil pública de improbidade administrativa movida pelo Ministério Público Estadual.	16/10/2015
1	Eduardo Cury (PSDB-SP)	PSDB	SP	15	Foi mantida decisão que desaprovou a prestação de contas de sua campanha eleitoral de 2004. O Tribunal de Contas Estadual detectou diversas irregularidades durante a sua gestão como prefeito de São José dos Campos. Foi multado por irregularidades em concorrência e contrato realizados durante a sua gestão como prefeito de São José dos Campos. Foi multado por irregularidades em contrato de gestão sob a sua responsabilidade como prefeito de São José dos Campos. Recorreu da decisão, que foi mantida. É alvo de ações civis de improbidade administrativa movidas pelo Ministério Público.	12/11/2015
1	Eli Corrêa Filho (DEM-SP)	DEM	SP	1	É alvo de ação civil pública movida pelo Ministério Público Estadual. Processo também envolve os deputados federais Arlindo Chinaglia (PT-SP), Baleia Rossi (PMDB-SP), Beto Mansur (PRB-SP) e Paulo Teixeira (PT-SP).	04/11/2015
1	Fausto Pinato (PP-SP)	PP	SP	1	Réu em processo penal por falso testemunho ou falsa perícia.	06/11/2015
1	Gilberto Nascimento (PSC-SP)	PSC	SP	7	É alvo de ações civis de improbidade administrativa por dano ao erário movidas pelo MPF por envolvimento no caso conhecido como Máfia das Ambulâncias. Na condição de presidente do diretório estadual paulista do PSC, o parlamentar figura como parte em processos em cinco municípios nos quais a legenda não prestou as contas anuais de 2014. A Justiça Eleitoral condenou os respectivos diretórios municipais à suspensão do repasse de novas cotas do fundo partidário.	06/11/2015
1	Goulart (PSD-SP)	PSD	SP	2	Foi multado por não apresentar documentos comprovando aplicação de dinheiro público recebido pela ONG da qual é presidente. Foi condenado por improbidade administrativa a pagamento de multa civil. O parlamentar, na condição de vereador, utilizou-se de verba pública para contratação de gráfica de propriedade de sua mulher. Recorre da decisão.	06/11/2015
1	Guilherme Mussi (PP-SP)	PP	SP	2	É alvo de inquérito movido pelo Ministério Público Eleitoral que apura crime eleitoral de falsificação de documentos. É alvo de inquérito por lesão corporal.	
1	Herculano Passos (PSD-SP)	PSD	SP	19	Tem quatro condenações por improbidade administrativa. Ele recorre. É alvo de inquérito que apura crimes eleitorais.	
1	Jefferson Campos (PSD-SP)	PSD	SP	2	É alvo de ações civis de improbidade administrativa por dano ao erário movidas pelo MPF por envolvimento com a máfia das ambulâncias. Ações também envolvem o deputado federal Gilberto Nascimento (PSC-SP).	
1	João Paulo Papa (PSDB-SP)	PSDB	SP	1	É alvo de investigação judicial eleitoral, referente às eleições de 2008 para o cargo de prefeito do município de Santos.	
1	José Mentor (PT-SP)	PT	SP	1	É alvo de inquérito aberto com a Operação Lava Jato da Polícia Federal, que investiga esquema de corrupção e lavagem de dinheiro com recursos desviados da Petrobras.	26/02/2015
1	Luiza Erundina (PSOL-SP)	PSOL	SP	1	Foi condenada a ressarcir a prefeitura de São Paulo por ter usado recursos do governo para pagar anúncio em jornais em apoio a uma greve nacional. A decisão foi mantida pelo STF - Recurso extraordinário nº 208114/1997.	06/11/2015

1	Major Olimpio (SD-SP)	SD	SP	1	Teve reprovada a prestação de contas referente às eleições de 2006. Recorreu, mas decisão foi mantida:	06/11/2015
1	Marcelo Squassoni (PRB-SP)	PRB	SP	3	Foi condenado por improbidade administrativa por uso da máquina pública para favorecimento pessoal. Parlamentar recorre. É alvo de inquérito sobre crimes de peculato, corrupção ativa e passiva. alvo de ação civil de improbidade administrativa com dano ao erário, movida pelo Ministério Público Estadual	10/11/2015
1	Marcio Alvino (PR-SP)	PR	SP	5	Foi multado por irregularidades na licitação e no contrato celebrado pela Prefeitura de Guararema, quando o parlamentar foi prefeito. Foi multado por irregularidades na contratação da empresa Cedro Participações e Investimentos Ltda., quando prefeito. É reu em outra ação civil pública referente a crimes contra o meio ambiente, na condição de representante do município de Guararema, do qual foi prefeito. É alvo de inquérito referente a crimes da Lei de Licitações.	26/10/2015
1	Miguel Haddad (PSDB-SP)	PSDB	SP	6	Foi condenado em ação popular a ressarcir os cofres públicos municipais em decorrência de contrato firmado ilegalmente e sem licitação. O parlamentar recorreu, mas a decisão foi mantida. Também recorreu na terceira instância. Foi multado por irregulares em dispensa de licitação e em contrato celebrado para prestação de serviços de transporte e saneamento municipal de Jundiaí referente ao período em que era prefeito. O deputado, ex-prefeito de Jundiaí, foi multado por irregularidades em contratos celebrados sem licitação e com indícios de fracionamento de despesas.	10/11/2015
1	Miguel Lombardi (PR-SP)	PR	SP	1	Teve reprovada a prestação de contas referente às eleições de 2004. O parlamentar recorreu da decisão, que foi mantida	09/11/2015
1	Missionário José Olimpio (DEM-SP)	DEM	SP	1	É alvo de inquérito aberto com a Operação Lava Jato da Polícia Federal, que investiga esquema de formação de quadrilha para prática de corrupção e lavagem de dinheiro com recursos desviados da Petrobras.	05/11/2015
1	Nelson Marquezelli (PTB-SP)	PTB	SP	3	Teve reprovada prestação de contas referente às eleições de 2010. Recorreu da decisão, que foi mantida. É alvo de ação civil pública por dano ambiental movida pelo Ministério Público Estadual. Teve decretada a indisponibilidade de bens e o bloqueio eletrônico de ativos financeiros. É alvo de inquérito penal ajuizado pelo MPF.	29/10/2015
1	Orlando Silva (PC do B-SP)	PCdoB	SP	4	As contas de 2004 da Secretaria Executiva do Ministério dos Esportes, de responsabilidade do parlamentar, foram julgadas irregulares por falhas em convênios celebrados. Foi condenado a pagar multa de R\$ 5 mil. TRE-SP: Suas contas de campanha eleitoral de 2014 a deputado federal foram desaprovadas. Na condição de presidente do diretório estadual paulista do PCdoB, o parlamentar figura como parte em processos em dois municípios nos quais as contas de 2014 não foram prestadas. Foi determinada a suspensão do repasse de novas cotas do fundo partidário municipal.	09/11/2015
1	Paulo Maluf (PP-SP)	PP	SP	12	Condenado por Improbidade administrativa, crimes contra o sistema financeiro, falsidade ideológica, entre outros	11/11/2015

1	Paulo Pereira da Silva (SD-SP)	SD	SP	10	Condenado por improbidade administrativa por ter obtido dinheiro do Banco da Terra + Condenado por improbidade administrativa por irregularidades no uso de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador + Condenado a restituir aos cofres públicos os danos causados por uso de verba de convênio para promoção pessoal + É réu em ação penal sobre crime contra o sistema financeiro, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha. De acordo com a denúncia feita pelo Ministério Público + É alvo de inquérito que apura peculato, por desvio de recursos públicos destinado à aquisição de uma fazenda + É alvo de inquérito que apura atos de corrupção passiva, consistente na venda de cartas sindicais, indispensáveis ao registro de sindicatos + É alvo em ação civil pública movida pelo MPF por dano ao erário por irregularidades em convênios e contratos celebrados entre a Força Sindical e Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho	18/03/2016
1	Paulo Teixeira (PT-SP)	PT	SP	2	Teve as contas eleitorais de 2010 desaprovadas. Alvo de ação civil pública movida pelo Ministério Público Estadual	03/11/2015
1	Pr. Marco Feliciano (PSC-SP)	PSC	SP	3	Teve desaprovada a prestação de contas da eleição de 2014 para deputado federal. Tribunal considerou que houve omissão de despesas. + É alvo de inquérito que apura irregularidades na contratação de cinco pastores da igreja Catedral do Avivamento, fundada pelo parlamentar. + É alvo de ação civil pública com pedido de indenização por danos morais difusos. A ação foi ajuizada pela ONG Ação Brotar pela Cidadania e Diversidade Sexual em virtude das manifestações do parlamentar acerca da parada do Orgulho LGBT e de Viviany Belebony - ativista transexual que realizou uma performance no evento -, que teriam incorrido em crimes de difamação, injúria e incitação ao ódio à população LGBT.	29/10/2015
1	Renata Abreu (PTN-SP)	PTN	SP	2	O diretório municipal do PTN em Presidente Prudente (SP) não prestou suas contas anuais e o diretório estadual, de qual Renata Abreu é vice-presidente, não respondeu à solicitação da Justiça Eleitoral de enviar a prestação de contas. A cota do fundo partidário municipal foi suspenso. É investigada, juntamente com seu assessor José Milhim, por compra de votos nas eleições de 2014.	27/02/2015
1	Ricardo Izar (PP-SP)	PP	SP	1	Teve reprovadas as contas de campanha referentes às eleições de 2014. Ricardo Izar entrou com os embargos de declaração, mas a decisão foi mantida. Também entrou com recurso na decisão, que foi negado. O parlamentar ainda recorre. O parlamentar entrou com o TSE - Agravo de instrumento contra decisão que inadmitiu o recurso especial, mas ela foi mantida.	06/11/2015
1	Roberto Alves (PRB-SP)	PRB	SP	2	Teve reprovada a prestação de contas das eleições de 2014 para deputado federal. O parlamentar recorreu em 3ª instância, mas a decisão foi mantida. É investigado por estelionato. O parlamentar e os demais investigados teriam utilizado notas fiscais frias, em nome de empresa jornalística inativa, para justificar o recebimento de verbas indenizatórias da Câmara dos Deputados.	06/11/2015
1	Rodrigo Garcia (DEM-SP)	DEM	SP	1	É réu em ação civil pública sobre meio ambiente movida pelo Ministério Público Estadual. Processo também envolve os deputados paulistas Arlindo Chinaglia (PT-SP), Baleia Rossi (PMDB-SP), Beto Mansur (PRB-SP), Eli Correa Filho (DEM-SP), Paulo Teixeira (PT-SP) e Arnaldo Jardim (PPS-SP).	27/02/2015
1	Sérgio Reis (PRB-SP)	PRB	SP	1	Teve desaprovada a prestação de contas das eleições de 2014 para deputado federal. O parlamentar recorre	03/11/2015
1	Silvio Torres (PSDB-SP)	PSDB	SP	2	O parlamentar teve reprovada as contas referentes às eleições de 2002. Ele recorreu da decisão no próprio TRE, mas ela foi mantida. O parlamentar teve reprovada as contas referentes às eleições de 2006. Ele recorreu da decisão, que foi mantida. O parlamentar entrou com um agravo no STF, que foi negado	06/11/2015

1	Valmir Prascidelli (PT-SP)	PT	SP	2	Foi multado pelo TCU por irregularidades, nas contas referentes ao ano de 2005, em processo de licitação quando era presidente do CEAGESP. O parlamentar recorreu, mas a decisão foi mantida. Foi julgado irregular convênio assinado entre a Prefeitura de Osasco e a entidade Empreendedores e Defensores do Meio Ambiente e da Cidadania, quando o parlamentar exerceu o cargo de secretário de Esporte do município.	09/11/2015
1	Vanderlei Macris (PSDB-SP)	PSDB	SP	1	Teve reprovada a prestação de contas das eleições de 2014 para deputado federal. O Tribunal determinou o recolhimento de R\$ 16 mil ao erário e de R\$ 30 mil à direção estadual do PSDB. O parlamentar recorreu, mas a decisão foi mantida	06/11/2015
1	Vicente Candido (PT-SP)	PT	SP	2	Procuradora Regional Eleitoral de São Paulo questiona prestação de contas de sua campanha para as eleições de 2002 a deputado estadual. O parlamentar recorreu, mas a decisão foi mantida. É investigado por corrupção ativa e advocacia administrativa.	06/11/2015
1	Vitor Lippi (PSDB-SP)	PSDB	SP	11	O TCE-SP apontou irregularidades em licitações e contratos celebrados pela Prefeitura de Sorocaba, quando o parlamentar foi prefeito, aplicando-lhe multa. É alvo de ações civis públicas por improbidade administrativa movidas pelo Ministério Público Estadual. Referente a irregularidades na contratação de empresa sem licitação para repavimento de vias. A denúncia foi recebida e o processo encontra-se em tramitação prioritária.	26/10/2015
1	Aluisio Mendes (PTN-MA)	PTN	MA	1	É réu em ação por improbidade administrativa movida pelo Ministério Público do Estado do Maranhão.	09/03/2016
1	Cleber Verde (PRB-MA)	PRB	MA	1	Figura como responsável na prestação de contas do diretório municipal do PRB em Carutapera (MA). As contas foram consideradas não prestadas.	11/03/2016
1	Hildo Rocha (PMDB-MA)	PMDB	MA	2	O parlamentar figura como réu em ações civis públicas por improbidade administrativa movidas pelo Ministério Público Estadual, por ter contratado funcionário sem concurso público quando prefeito de Cantanhede (MA)	
1	João Castelo (PSDB-MA)	PSDB	MA	11	Foi condenado na primeira instância por utilização de renda pública em proveito próprio e uso indevido das finanças do município de São Luís. O então prefeito não enviou ordem de pagamento dos salários dos servidores municipais no mês de dezembro de 2012 e determinou o uso da reserva financeira do município para pagamento de fornecedores. Justiça determinou uma pena de 2 anos de prisão, que foi revertida em prestação de serviços comunitários. O parlamentar recorre da decisão da pena. Foi condenado ao pagamento de multa de R\$ 5.000,00, por conduta vedada a agente público referente a propaganda eleitoral antecipada. Foi condenado em ação civil pública por dano ambiental em imóvel de sua propriedade localizado em reserva legal a recuperar a área degradada e pagar indenização ao tesouro pela área não passível de recuperação. O parlamentar recorre da decisão. É alvo de inquéritos no STF: por crimes da Lei de Licitações, contra o meio ambiente. É alvo em ações civis públicas e de improbidade administrativa movidas pelo MPE e pelo Município de São Luís (MA)	

1	José Reinaldo (PSB-MA)	PSB	MA	3	É réu em ação penal por associação criminosa, peculato e corrupção passiva. Trata-se de um dos processos originados pela Operação Navalha. De acordo com a denúncia, o então governador celebrou contratos com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) para execução de obras que já haviam sido realizadas. É réu em ação por improbidade administrativa com enriquecimento ilícito. De acordo com a denúncia, o parlamentar reformou um apartamento com gastos incompatíveis com sua renda e sem que houvesse comprovação da origem dos recursos. Foi responsabilizado por irregularidades na aplicação de recursos públicos, constatadas em tomada de contas especial, referentes a sua gestão enquanto Ministro dos Transportes.	15/03/2016
1	Junior Marreca (PEN-MA)	PEN	MA	12	É réu em ação penal por emprego irregular de verbas ou rendas públicas / multado por falha de publicidade na licitação do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância) do governo federal para a construção de creche-escola no município Itapecuru-Mirim(MA), quando prefeito.	15/03/2016
1	Juscelino Filho (DEM-MA)	DEM	MA	1	É réu em ação de impugnação de mandato eletivo, ajuizada pelo Ministério Público Eleitoral. O processo corre em segredo de justiça.	16/03/2016
1	Pedro Fernandes (PTB-MA)	PTB	MA	1	É alvo de inquérito movido pelo Ministério Público Federal por peculato e abuso de poder. Apura-se a nomeação de servidores da Câmara, indicados pelo deputado, que não exerceriam nenhuma atribuição e apenas repassariam valores obtidos ao filho do parlamentar. O STF decidiu pela quebra do sigilo bancário do parlamentar.	16/03/2016
1	Sarney Filho (PV-MA)	PV	MA	1	Foi condenado a pagamento de multa em representação movida pelo Ministério Público Eleitoral por prática de conduta vedada. Parlamentar recorreu e a decisão foi mantida.	16/03/2016
1	Waldir Maranhão (PP-MA)	PP	MA	6	Teve rejeitada prestação de contas referente às eleições de 2010 para deputado federal por recebimento de recurso de fonte não identificada. Recorreu da decisão, que foi mantida. É alvo de inquérito aberto com a Operação Lava Jato da Polícia Federal, que investiga esquema de corrupção, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro com recursos desviados da Petrobras. É alvo de inquéritos que apuram crime de lavagem de dinheiro no esquema investigado pela Operação Miqueias da Polícia Federal, que consistia em desvio de recursos de fundos de pensão e lavagem de dinheiro. Também é investigado o deputado federal Fernando Torres (PSD-BA). É alvo de ação civil pública movida pelo Ministério Público Estadual. É alvo de representação movida pelo Ministério Público Eleitoral por captação ilícita de recursos. Processo corre sob segredo de justiça.	16/03/2016
1	Weverton Rocha (PDT-MA)	PDT	MA	7	É réu em ação penal movida pelo MP por crimes previstos na Lei de Licitações, é investigado em inquérito que apura crime na Lei de Licitações, é alvo de inquérito referente a crimes de peculato, corrupção passiva e ativa, é réu em 3 ações civis de improbidade administrativa movidas pelo MP:	17/03/2016
1	Adail Carneiro	PP	CE	1	Crime de lavagem de dinheiro	15/04/2016
1	Aníbal Gomes (PMDB-CE)	PMDB	CE	4	Teve rejeitada a prestação de contas referente às eleições de 2002. É alvo de representação por compra de votos nas eleições de 2014 movida pelo procurador regional eleitoral. De acordo com a denúncia, o parlamentar estaria envolvido na distribuição de vale-combustível para eleitores do município de Bela Cruz (CE). É alvo de inquéritos abertos com a Operação Lava Jato da Polícia Federal, que investigam esquema de corrupção, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro com recursos desviados da Petrobras. É investigado em inquéritos movidos pelo Ministério Público Federal por peculato. Também é investigado o deputado federal Dilceu Sperafico (PP-PR).	21/12/2015

1	Ariosto Holanda (PDT-CE)	PDT	CE	2	Foi multado por irregularidades detectadas na prestação de contas da Secretaria de Indústria e Comércio referente ao exercício de 1989. É alvo de inquérito civil do Ministério Público Federal, que apura irregularidades na emissão de notas fiscais em nome do deputado, nos anos de 2012 a 2014 pela empresa Eclipse Rent a Car, que teriam sido usadas para reembolso ao parlamentar na Câmara dos Deputados.	21/12/2015
1	Arnon Bezerra (PTB-CE)	PTB	CE	1	Foi condenado, na condição de presidente do Diretório Estadual do PTB-CE, junto a outros dirigentes, a ressarcir o erário e ao pagamento de multa por aplicação irregular dos recursos do Fundo Partidário do diretório regional do PTB no Estado do Ceará em 2003.	21/12/2015
1	Danilo Forte (PSB-CE)	PSB	CE	5	É alvo de inquérito que investiga violações de direito e processo eleitoral. É alvo de ações de improbidade administrativa movidas pelo Ministério Público Federal	11/12/2015
1	Genecias Noronha (SD-CE)	SD	CE	2	Condenado em segunda instância por improbidade administrativa com dano ao erário. O parlamentar realizou uma doação irregular de imóvel público para servir a interesses privados. A Justiça o condenou ao pagamento de multa no valor do imóvel doado. É alvo de inquérito que apura captação ilícita de votos.	21/12/2015
1	Gorete Pereira (PR-CE)	PR	CE	2	É alvo de inquérito referente a irregularidades constatadas em contratos celebrados entre a Associação Beneficente Cearense de Reabilitação, sob sua direção, e o Ministério da Saúde. É ré em ação de improbidade administrativa movida pelo Ministério Público Federal. A ação refere-se a atos de improbidade em convênios celebrados entre o Ministério da Saúde e a Associação Beneficente Cearense de Reabilitação, durante a gestão da parlamentar.	21/12/2015
1	José Guimarães (PT-CE)	PT	CE	1	É alvo de representação por conduta vedada a agente público movida pelo Ministério Público.	09/12/2015
1	Leônidas Cristino (PDT-CE)	PDT	CE	1	Responde a denúncias de irregularidades na aplicação de recursos do FUNDEB referentes ao ano de 2010 e em repasses não realizados de contribuições previdenciárias para o INSS	21/12/2015
1	Luizianne Lins (PT-CE)	PT	CE	6	É ré em ação penal por fraude. É alvo de ação penal por crimes de responsabilidade. É alvo de ações civis de improbidade administrativa.	22/12/2015
1	Macedo (PP-CE)	PP	CE	3	Foi autuado pelo MPF por crimes contra o meio ambiente por construção de imóvel em área de preservação permanente. Em conciliação, aceitou pagar indenização ao fundo de preservação ambiental local em 20% do valor venal do imóvel, bem como ressarcir o MPF por perícias realizadas e realizar a recuperação da área degradada. É alvo de ação civil pública por dano ambiental. É réu em ação penal referente a crimes contra a flora e o meio ambiente. A denúncia foi recebida.	22/12/2015
1	Odorico Monteiro (PROS-CE)	PROS	CE	3	O TCM-CE apontou irregularidades nas prestações de contas do Fundo Municipal de Saúde, referentes ao período em que o parlamentar ocupava os cargos de secretário municipal de Saúde de Quixadá e Fortaleza	22/12/2015
1	Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE)	PSDB	CE	1	Foi responsabilizado e multado por irregularidades na prestação de contas anual da secretaria do Trabalho e Ação Social, referente ao período em que era secretário da pasta	07/07/2015
1	Altineu Côrtes (PMDB-RJ)	PMDB	RJ	2	Foi condenado por improbidade administrativa pela dispensa irregular de licitação na contratação do Instituto de Professores Públicos e Particulares para organizar concurso público. A Justiça determinou perda da função pública e suspensão dos direitos políticos por oito anos. O parlamentar recorreu. É réu em ação civil de improbidade administrativa por utilização do programa estadual Jovens pela Paz para fins partidários.	26/11/2015

1	Benedita da Silva (PT-RJ)	PT	RJ	1	É alvo de ação por ato lesivo ao patrimônio artístico, estético, histórico ou turístico.	
1	Cabo Daciolo (PT do B-RJ)	PTdoB	RJ	2	É réu em ação penal por crimes contra a segurança nacional ocorridos durante a greve da Polícia Militar de Salvador (BA) em 2012. É réu em ação penal por formação de quadrilha por participação na greve da Polícia Militar de Salvador (BA) em 2012.	25/11/2015
1	Celso Pansera (PMDB-RJ)	PMDB	RJ	1	É alvo de ação civil de improbidade administrativa (violação aos princípios administrativos) movida pelo Ministério Público Estadual.	14/04/2016
1	Clarissa Garotinho (PR-RJ)	PR	RJ	3	É investigada por abuso de poder econômico e por captação ilícita de gastos na campanha de 2014. Ação pede declaração de inelegibilidade e cassação do diploma. É investigada por abuso de poder econômico e político e por conduta vedada a agente político. Também são investigados sua mãe Rosinha Garotinho, prefeita de Campos dos Goytacazes, e seu pai Anthony Garotinho, ex-deputado federal. O Ministério Público Eleitoral investiga esquema da prefeitura de Campos dos Goytacazes para favorecer políticos do Partido da República. É alvo de inquérito, ajuizado pelo MPE, referente a supostos crimes de abuso de poder econômico e captação ilícita de sufrágio, durante as eleições de 2014. Houve declínio de competência e o processo foi remetido ao STF para apreciação.	25/11/2016
1	Cristiane Brasil (PTB-RJ)	PTB	RJ	1	É alvo de inquérito referente a crime de boca de urna. A parlamentar chegou a ser detida em flagrante praticando boca de urna durante as eleições de 2014.	25/11/2015
1	Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	PMDB	RJ	4	O parlamentar foi condenado juntamente com Domingos Brazão (PMDB-RJ) por captação ilícita de sufrágio e uso eleitoral de serviços custeados pelo poder público na campanha eleitoral de 2006. Multado, Cunha recorreu. O tribunal manteve a multa aplicada, no entanto, reconheceu a perda do objeto quanto à condenação à cassação de mandato, uma vez que este já havia sido concluído no momento da decisão. Trata-se de um dos processos da Operação Lava Jato da Polícia Federal, que investiga esquema de corrupção e lavagem de dinheiro com recursos desviados da Petrobras. A denúncia por lavagem de dinheiro e corrupção passiva foi recebida pelo Tribunal. É alvo de inquérito que apura corrupção passiva e lavagem de dinheiro, em razão da atribuição, pelo Estado suíço, de que Cunha mantém contas bancárias na Suíça. É alvo de inquérito que apura crimes da Lei de Licitações.	24/11/2015
1	Felipe Bornier (PROS-RJ)	PROS	RJ	1	É alvo investigação por uso indevido de meios de comunicação nas eleições de 2014 movida pelo Ministério Público Eleitoral. Tribunal investiga a promoção excessiva de sua candidatura nos jornais Dia a Dia e ABC Diário.	26/11/2015
1	Fernando Jordão (PMDB-RJ)	PMDB	RJ	11	É réu em ação penal que apura captação ilícita de votos ou corrupção eleitoral. O STF acatou a proposta de suspensão condicional do processo, mediante a realização de doações mensais e pessoais do parlamentar à APAE, correspondentes a 10% de seu vencimento mensal bruto, por dois anos. É investigado em inquérito que apura crime da Lei de Licitações. É réu em ações civis públicas por improbidade administrativa movidas pelo Ministério Público.	30/11/2015
1	Francisco Floriano (DEM-RJ)	DEM	RJ	1	É alvo de ação de investigação judicial eleitoral por abuso de poder econômico e por uso da igreja Mundial do Poder de Deus em Volta Redonda (RJ) para promover sua candidatura. Ação pede inelegibilidade e cassação de mandato do parlamentar.	24/11/2015
1	Hugo Leal (PSB-RJ)	PSB	RJ	6	Foi condenado por violações aos princípios administrativos pela sua participação no 'esquema das ONGs' de irregularidades licitatórias, no período em que foi presidente do DETRAN/RJ. É alvo de ações por improbidade administrativa movidas pelo Ministério Público	

1	Jair Bolsonaro (PSC-RJ)	PSC	RJ	3	É alvo de inquérito que apura apologia de crime ou criminoso movido pelo Ministério Público Federal, devido à declaração em plenário dirigida à deputada Maria do Rosário (PT-RJ), segundo a qual o parlamentar "só não estupraria a deputada, porque ela não merecia". Foi condenado a retratar-se publicamente e a pagar o montante de R\$ 10 mil em indenização por dano moral causado à deputada federal Maria do Rosário (PT-RS), em virtude das declarações a ela direcionadas em plenário. O parlamentar recorreu da condenação na segunda instância, mas a decisão foi mantida. Foi condenado ao pagamento de indenização de R\$ 150 mil por danos morais difusos, em ação civil pública movida pelos grupos Cabo Free de Conscientização Homossexual e Combate à Homofobia e Arco-Íris de Conscientização Homossexual. Em agravo tramitando na segunda instância, o parlamentar conseguiu suspender a pena até que o recurso seja julgado pelo Tribunal	
1	Julio Lopes (PP-RJ)	PP	RJ	1	É alvo de inquérito que apura apropriação indébita previdenciária. O processo está suspenso, pois parlamentar está efetuando o pagamento dos débitos.	24/11/2015
1	Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	PMDB	RJ	1	É alvo de representação (sob sigilo de justiça) por captação e gastos ilícitos na campanha de 2014 com pedido de cassação de diploma.	24/11/2015
1	Luiz Sérgio (PT-RJ)	PT	RJ	1	É alvo de ação por improbidade administrativa movida pelo MPF	19/11/2015
1	Marcelo Matos (PHS-RJ)	PHS	RJ	1	É alvo de inquérito que apura crimes previstos na lei de licitações.	25/11/2015
1	Marcos Soares (DEM-RJ)	DEM	RJ	2	Teve reprovada a prestação de contas de 2014 para deputado federal por diversas falhas e omissões nas contas da campanha. Parlamentar recorreu em terceira instância, mas a decisão foi mantida. É alvo de ação de investigação judicial eleitoral por abuso de poder econômico e por uso da igreja Internacional da Graça para campanha eleitoral. Ação pede inelegibilidade e cassação de mandato do parlamentar.	24/11/2015
1	Otávio Leite (PSDB-RJ)	PSDB	RJ	1	É alvo de representação (sob sigilo de justiça) por captação e gastos ilícitos na campanha de 2014 com pedido de cassação de diploma. O processo envolve a gráfica High Level Signs que foi lacrada por conter material não declarado de campanha do parlamentar e dos deputados federais Marco Antonio Cabral (PMDB), Pedro Paulo (PMDB) e Leonardo Picciani (PMDB), estes respondem processos separados. Foi deferido o pedido de quebra de sigilo bancário.	24/11/2015
1	Paulo Feijó (PR-RJ)	PR	RJ	3	Condenado em processo por improbidade administrativa, o parlamentar foi condenado por dano ao erário a perda de bens, ressarcimento integral do dinheiro recebido ilicitamente, multa e suspensão de direitos políticos por oito anos. O parlamentar recorre. É réu em ação penal por crimes de corrupção passiva, licitatórios, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha. O caso está relacionado à operação Sanguessuga e o processo tramita em sigilo de justiça. É investigado por abuso de poder econômico e por captação ilícita de gastos na campanha de 2014. O processo envolve a gráfica PH Gomes Editora Ltda do jornal O Diário que foi lacrada por conter material não declarado de campanha do parlamentar, da deputada federal Clarissa Garotinho (PR) e de outros candidatos do PR. Ação pede declaração de inelegibilidade e cassação do diploma.	25/11/2015
1	Pedro Paulo (PMDB-RJ)	PMDB	RJ	2	É alvo de inquérito por lesão corporal. O parlamentar é investigado por agressão à ex-mulher, Alexandra Marcondes. É alvo de inquérito por crime de boca de urna	14/04/2016
1	Simão Sessim (PP-RJ)	PP	RJ	2	É alvo de inquéritos abertos com a Operação Lava Jato da Polícia Federal, que investigam esquema de corrupção e lavagem de dinheiro com recursos desviados da Petrobras	19/11/2015

1	Washington Reis (PMDB-RJ)	PMDB	RJ	30	O TCE-RJ detectou irregularidades em contratos e contas referentes à administração financeira da prefeitura de Duque de Caxias. No STF, responde pela ação penal 618. É réu em ação penal movida pelo Ministério Público Federal por crimes contra o meio ambiente e o patrimônio genético e formação de quadrilha. É alvo de quatro inquéritos movidos pelo Ministério Público Federal por crimes da Lei de Licitações. É alvo de inquérito que apura crimes de responsabilidade. É alvo de inquérito que apura crimes contra a paz pública (quadrilha ou bando). Corre sob sigredo de Justiça. É réu em ação de improbidade administrativa movida pelo MPF por irregularidade na execução de contrato efetuado entre o Município de Duque de Caxias e a Construtora OAS Ltda, quando prefeito.	27/11/2015
1	Helder Salomão (PT-ES)	PT	ES	4	É alvo de ação civil de improbidade administrativa, movida pelo Ministério Público Estadual. É alvo de outras ações civis públicas movidas pelo Ministério Público Estadual	
1	Lelo Coimbra (PMDB-ES)	PMDB	ES	1	É alvo de inquérito que apura captação ilícita de votos ou corrupção eleitoral.	21/03/2016
1	Marcus Vicente (PP-ES)	PP	ES	4	O PTB-ES teve as contas anuais do partido desaprovadas referentes ao exercício financeiro dos anos de 2005 e 2006, quando o parlamentar presidia a sigla. O parlamentar recorreu, mas o TSE manteve a decisão. É alvo de representação movida pelo Ministério Público Eleitoral do Espírito Santo por captação ou gasto ilícito de recursos financeiros de campanha eleitoral. É réu em ação penal. A Justiça estadual declarou-se incompetente e a ação foi remetida ao Supremo Tribunal Federal, em virtude da prerrogativa de função do deputado.	21/03/2016
1	Max Filho (PSDB-ES)	PSDB	ES	7	Teve reprovada prestação de contas referente à campanha eleitoral de 2010 por gasto com combustível em veículos não declarados na campanha. Recorreu, mas decisão foi mantida. TCE-ES apontou irregularidades na gestão da prefeitura de Vila Velha, quando ele foi prefeito.	21/03/2016
1	Paulo Foletto (PSB-ES)	PSB	ES	1	É alvo de representação ajuizada pelo Ministério Público Eleitoral. O processo diz respeito a conduta vedada a agente público e captação ilícita de sufrágio, durante as eleições de 2014.	21/03/2016
1	Sergio Vidigal (PDT-ES)	PDT	ES	9	Foi multado no convênio firmado entre a prefeito de Serra (ES) e a construtora Sá Cavalcante por alteração irregular na construção da Escola Técnica Federal do município. A multa foi quitada. Foi multado por desrespeitar acordãos do tribunal, nos quais determinou-se a redução do estoque de prestações de contas pendentes da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho, da qual era secretário titular. É réu em ação penal movida pelo Ministério Público Federal, referente a crimes contra o meio ambiente. É alvo de três ações civis públicas, movidas pelo Ministério Público Estadual. Figura como responsável nas prestações de contas de exercício financeiro do partido, na condição de presidente regional do PDT no Espírito Santo, as quais foram julgadas não prestadas ou desaprovadas.	21/03/2016
1	Assis Carvalho (PT-PI)	PT	PI	10	Foi condenado ao pagamento de multa no montante de R\$ 10 mil por descumprimento à Lei de Licitações. É alvo de inquéritos que apuram apropriação indébita previdenciária. É alvo de inquérito que apura peculato. É alvo de ação penal apresentada pelo Ministério Público Estadual por estelionato e crimes contra a administração e finanças públicas. É alvo de ações de improbidade administrativa (atos administrativos) movidas pelo MPF.	24/07/2015

1	Átila Lira (PSB-PI)	PSB	PI	4	Teve reprovada a prestação de contas das eleições de 2014 para deputado federal. O parlamentar recorre da decisão. Com base na desaprovação das contas de campanha de 2014, o Ministério Público Eleitoral entrou com representação pedindo a cassação de diploma do parlamentar. É alvo de inquérito que apura falsidade ideológica, formação de quadrilha, estelionato e crimes por lavagem de dinheiro. Processo corre sob sigilo de justiça. É alvo de ação de improbidade administrativa movida pelo Ministério Público Federal.	28/07/2015
1	Heráclito Fortes (PSB-PI)	PSB	PI	2	Foi condenado em ação popular por improbidade administrativa. O parlamentar, então prefeito de Teresina, fez uso de publicidade institucional para promoção pessoal. A Justiça determinou ressarcimento dos cofres públicos. O deputado recorreu, mas a condenação foi mantida. Recorreu ao STF, mas recurso foi negado. Teve reprovada prestação de contas da sua campanha eleitoral de 2014. O parlamentar recorre. O Ministério Público Eleitoral entrou com representação com pedido de cassação do diploma	
1	Iracema Portella (PP-PI)	PP	PI	4	Suas contas da campanha eleitoral de 2014 foram desaprovadas pela Justiça Eleitoral. A parlamentar foi multada em R\$ 72 mil. A parlamentar recorreu, mas a decisão foi mantida. É investigada por abuso de poder econômico em ação movida pelo Ministério Público Eleitoral. A deputada e seu marido, o senador Ciro Nogueira (PP-PI), são alvo de inquérito que apura crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos ou valores, tráfico de influência e formação de quadrilha ou bando. É réu em ação civil por improbidade administrativa movida pelo Ministério Público Federal, conjuntamente com o seu marido e senador Ciro Nogueira (PP-PI), por promoção pessoal e propaganda eleitoral realizada com dinheiro público.	
1	Júlio Cesar (PSD-PI)	PSD	PI	3	Teve as contas de campanha eleitoral de 2014 desaprovadas. Recorre da decisão no TSE. Foi condenado em procedimento administrativo movido pelo ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a devolver solidariamente com outros diretores da CONAB R\$ 9 milhões recebidos de acordo entre o órgão e o BCN/Bradesco. É réu em ação movida pelo Ministério Público Federal por improbidade administrativa com enriquecimento ilícito, referente a contrato assinado quando dirigente da CONAB.	30/03/2016
1	Marcelo Castro (PMDB-PI)	PMDB	PI	1	O partido teve a prestação de contas de 2010 rejeitada, quando o parlamentar presidia o diretório estadual.	14/04/2016
1	Paes Landim (PTB-PI)	PTB	PI	4	Suas contas da campanha eleitoral de 2014 foram desaprovadas pela Justiça Eleitoral. O parlamentar recorre. É investigado por abuso de poder econômico e compra de votos em ação movida pelo Ministério Público Eleitoral. É alvo de representação movida pelo Ministério Público Eleitoral por abuso de poder econômico e compra de votos. É alvo de representação movida pelo Ministério Público Eleitoral com pedido de cassação do seu mandato de deputado federal.	24/07/2015
1	Beto Rosado (PP-RN)	PP	RN	1	Teve reprovada a prestação de contas das eleições de 2014 para deputado federal. O parlamentar recorre.	10/12/2015
1	Fábio Faria (PSD-RN)	PSD	RN	1	É alvo de inquérito que apura uso de documentos falsificados em sua prestação de contas eleitoral.	22/07/2015
1	Rogério Marinho (PSDB-RN)	PSDB	RN	2	O diretório regional do PSDB no Rio Grande do Norte teve reprovada prestação de contas referente às eleições de 2010, quando o parlamentar atuou como responsável pela administração financeira. Recorreu, mas decisão foi mantida. É alvo de inquérito que apura falsidade ideológica e crimes contra a ordem tributária.	06/08/2015
1	Adelmo Carneiro Leão (PT-MG)	PT	MG	1	É réu em ação movida pelo Ministério Público de Minas Gerais por dano ambiental.	17/11/2015

1	Aelton Freitas (PR-MG)	PR	MG	13	Foi multado por irregularidades referentes a despesas da prefeitura de Iturama no exercício de 1994. Foi multado por irregularidades referentes a procedimentos licitatórios e contratos da prefeitura de Iturama no exercício de 1996. A decisão está transitada em julgado. Foi declarada a nulidade de contratos celebrados entre a prefeitura de Iturama e empresas, em virtude de irregularidades, à época em que o parlamentar era prefeito do município. Referente a contrato celebrado de maneira irregular entre o município de Iturama e a empresa Certril Construções Elétricas LTDA. O parlamentar recorre. Referente a contrato celebrado de maneira irregular entre o município de Iturama e a empresa Ituraup Iturama Auto Peças LTDA. Referente a contrato celebrado de maneira irregular entre o município de Iturama e a empresa Rádio Pontal do Triângulo Mineiro LTDA. O parlamentar recorre. Responde, ainda, por diversas outras ações civis públicas de improbidade administrativa, referentes a irregularidades constatadas durante seu exercício como prefeito de Iturama que incluem celebração de contratos sem licitação.	17/11/2015
1	Bilac Pinto (PR-MG)	PR	MG	1	É investigado em inquérito que apura corrupção eleitoral e transporte ilegal de eleitores	13/11/2015
1	Bonifácio de Andrada (PSDB-MG)	PSDB	MG	3	É alvo de inquérito que apura apropriação indébita previdenciária e sonegação de contribuição previdenciária. É alvo de ação civil pública movida pelo Ministério Público Estadual. É alvo de ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal.	13/11/2015
1	Caio Narcio (PSDB-MG)	PSDB	MG	1	Foi condenado ao pagamento de multa em representação de conduta vedada a agente público, movida pelo Ministério Público Eleitoral. O parlamentar e os demais réus teriam utilizado um veículo pertencente à Prefeitura para transportar bebidas ao evento de inauguração de uma ponte no município de Coromandel. Também realizaram, durante o evento público, propaganda política em favor de Caio Narcio	18/11/2015
1	Carlos Melles (DEM-MG)	DEM	MG	2	Foi condenado por improbidade administrativa em ação movida pelo Ministério Público por usar propaganda oficial para fins políticos pessoais. Recorreu da condenação, que foi mantida, mas conseguiu reverter a suspensão de direitos políticos e perda do mandato, mantendo somente a pena de pagamento de multa: O parlamentar ainda recorre. Foi condenado no TSE a inelegibilidade por três anos, a partir de 2006, por uso indevido dos meios de comunicação social. O parlamentar recorreu, mas a decisão foi mantida.	17/11/2015
1	Delegado Edson Moreira (PR-MG)	PR	MG	5	É réu em ação penal por peculato movida pelo Ministério Público Federal. É alvo de inquérito que apura peculato. É alvo de inquérito que apura crimes contra a administração pública e peculato. É alvo de inquérito que apura o crime de ameaça. É alvo de inquérito que apura corrupção passiva.	24/11/2015
1	Diego Andrade (PSD-MG)	PSD	MG	3	Na condição de presidente do diretório estadual mineiro do PSD, o parlamentar figura como parte em processos nos municípios de Taiobeiras, onde a legenda não prestou as contas anuais de 2013 e 2014, e em Barra Longa, onde ocorreu o mesmo em relação ao exercício de 2014. A Justiça Eleitoral condenou o diretório municipal à suspensão do repasse de novas cotas do fundo partidário, enquanto a situação não estiver regularizada:	13/11/2015
1	Domingos Sávio (PSDB-MG)	PSDB	MG	2	Teve despesas consideradas irregulares, juntamente com outros ex-presidentes da Câmara Municipal de Divinópolis, acerca de convênio celebrado entre a Câmara e a Delegacia Regional de Polícia Civil. O TCE-MG determinou a restituição de valores aos cofres públicos. Recorreu da decisão que foi mantida. É alvo de ação civil de improbidade administrativa movida pelo MPE.	12/11/2015
1	Eduardo Barbosa (PSDB-MG)	PSDB	MG	1	É alvo de inquérito movido pelo Ministério Público Federal por peculato. O processo está sob sigilo de justiça.	11/11/2015

1	Fábio Ramalho (PMDB-MG)	PMDB	MG	1	Foi responsabilizado por falhas referentes a controle interno e a processos licitatórios, quando prefeito.	13/11/2015
1	Franklin Lima (PP-MG)	PP	MG	1	Foi condenado a inelegibilidade pelo período de 8 anos após as eleições de 2014. Em evento religioso realizado pela Igreja Mundial do Reino de Deus, com cerca de cinco mil participantes e ocorrido no dia anterior à eleição, o pastor Valdemiro Santiago promoveu as candidaturas de Pastor Franklin, candidato à deputado federal, e do então candidato à deputado estadual Missionário Márcio Santiago (PTB-MG), chegando a pedir explicitamente que seus fiéis votassem nos candidatos. A justiça eleitoral entendeu se tratar de abuso de poder econômico mediante o abuso do poder de autoridade religiosa. O parlamentar recorreu, mas a decisão foi mantida. Entrou com a ação cautelar nº 47003 contra a decisão em recurso, mas foi negada.	19/11/2015
1	Leonardo Monteiro (PT-MG)	PT	MG	1	É réu em ação civil pública movida pelo Ministério Público Estadual.	13/11/2015
1	Leonardo Quintão (PMDB-MG)	PMDB	MG	1	É alvo de ação civil por improbidade administrativa movida pelo Ministério Público Estadual.	13/11/2015
1	Lincoln Portela (PRB-MG)	PRB	MG	2	É alvo de inquérito que apura crimes previstos na lei de licitações. É alvo de ação de improbidade administrativa movida pelo Ministério Público Federal e pela União. Parlamentar entrou com recurso contra admissão da ação, mas a ação foi mantida. Recorreu no STJ e recurso foi admitido somente no seu efeito devolutivo. Recorreu no STF, mas a decisão foi mantida	12/11/2015
1	Luis Tibé (PT do B-MG)	PTdoB	MG	6	Foi condenado à restituição aos cofres públicos e multa, em face de atos de improbidade administrativa com dano ao erário devido à utilização irregular da verba indenizatória. O parlamentar recorre da decisão. Na condição de presidente nacional do PT do B, Luis Tibé consta como parte em processo que julgou as contas do partido como não prestadas em Juruaia (MG). É alvo de ação civil pública por emprego irregular de verbas ou rendas públicas movida pelo MPE. É alvo de inquérito que apura peculato, crimes eleitorais. É alvo de inquérito movido pelo MPE que apura falsificação de documento público para fins eleitorais.	17/11/2015
1	Luiz Fernando Faria (PP-MG)	PP	MG	1	É alvo de inquéritos abertos com a Operação Lava Jato da Polícia Federal, que investigam esquema de corrupção, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro com recursos desviados da Petrobras. Neste último é investigado por oferecer propina para processo licitatório da Petrobras como representante da empresa Fidens Engenharia. Também consta no processo o deputado federal José Otávio Germano (PP-RS).	11/11/2015
1	Marcos Montes (PSD-MG)	PSD	MG	4	Condenado em ação civil de improbidade administrativa. A Justiça determinou suspensão dos direitos políticos por oito anos, ressarcimento ao erário e pagamento de multa. Foram constatadas irregularidades em contratação sem licitação da empresa Agência de Desenvolvimento Sustentável do Brasil Central. TJMG que manteve a condenação, mas retirou o pagamento de multa das penas. O parlamentar recorre no STJ. É alvo de ação civil de improbidade administrativa (dano ao erário) movida pelo Ministério Público Estadual.	17/11/2015
1	Marcus Pestana (PSDB-MG)	PSDB	MG	3	Na condição de presidente do diretório estadual mineiro do PSDB, o parlamentar figura como parte em processos nos municípios de Prados, Cipotânea e São Gonçalo do Rio Abaixo, nos quais a legenda não prestou as contas anuais do exercício financeiro de 2014. A Justiça Eleitoral condenou os diretórios municipais à suspensão do repasse de novas cotas do fundo partidário, enquanto a situação não estiver regularizada.	13/11/2015
1	Margarida Salomão (PT-MG)	PT	MG	1	É ré em ação civil de improbidade administrativa e dano ao erário.	11/11/2015

1	Newton Cardoso Jr (PMDB-MG)	PMDB	MG	3	É alvo de inquérito que apura lavagem de dinheiro e falsidade ideológica. Ações penais por crimes contra a ordem tributária e meio ambiente	14/12/2015
1	Odelmo Leão (PP-MG)	PP	MG	1	Foi condenado por improbidade administrativa (dano ao erário) pelo uso indevido do avião da Secretaria estadual de Agricultura para viagens particulares, quando chefiava a pasta. Também foi condenado, no mesmo processo, o deputado Silas Brasileiro (PMDB). A Justiça determinou o ressarcimento de R\$ 25 mil aos cofres públicos. O parlamentar recorreu em segunda instância, mas a decisão foi mantida: TJ-MG - Apelação cível nº 0890738-09.2011.8.13.0024. Entrou com embargos contra a decisão da apelação, que foram rejeitados:	19/11/2015
1	Padre João (PT-MG)	PT	MG	2	O TRE decidiu pela desaprovação da prestação de contas referente à campanha nas eleições de 2014. O parlamentar recorre da decisão. É alvo de ação civil de improbidade administrativa, ajuizado pelo Ministério Público Federal, devido ao suposto uso de recursos do Ministério da Pesca e Aquicultura de Minas Gerais para autopromoção durante o período de campanha eleitoral.	13/11/2015
1	Raquel Muniz (PSD-MG)	PSD	MG	3	É alvo de ação por improbidade administrativa e enriquecimento ilícito movida pela União Federal. A parlamentar e seu marido são réus em ação por improbidade administrativa com dano ao erário, referente a mau uso de verbas públicas destinadas a uma de suas empresas, a FUNORTE. A parlamentar e seu marido são investigados por abuso de poder político e de autoridade. Ministério Público investiga esquema de favorecimento da candidatura da parlamentar com concessão de gratificações a servidores públicos na prefeitura governada pelo marido.	16/11/2015
1	Subtenente Gonzaga (PDT-MG)	PDT	MG	2	Foi condenado por crime cometidos contra o sistema financeiro nacional à pena de um ano de reclusão, substituída por prestação de serviços à comunidade. Na época em que era diretor da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Militares, Polícia Civil e Secretaria de Educação de Minas Gerais, teria utilizado dados de vários cooperados, violando sigilos bancários, com o intuito de suspender as eleições do conselho de administração da cooperativa. Após a condenação, foi declarada a extinção de sua punibilidade. É réu em ação penal por crimes contra o sistema financeiro nacional.	17/11/2015
1	Toninho Pinheiro (PP-MG)	PP	MG	1	O tribunal detectou irregularidades em procedimentos licitatórios do município de Ibirité referente ao período em que foi prefeito. Foi condenado a pagar multa. Teve recurso negado	16/11/2015
1	Aguinaldo Ribeiro (PP-PB)	PP	PB	2	É alvo de inquérito aberto com a Operação Lava Jato da Polícia Federal, que investiga esquema de corrupção, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro com recursos desviados da Petrobras. É alvo de inquérito que apura crimes previstos na Lei de Licitações.	29/02/2016
1	Benjamin Maranhão (SD-PB)	SD	PB	2	O Ministério Público Eleitoral entrou com pedido de impugnação de sua candidatura a deputado federal em 2006, devido à rejeição, pelo Tribunal de Contas do Estado, das contas referentes ao exercício de 2001, quando o parlamentar era prefeito de Araruna. O parlamentar acabou por desistir de sua candidatura. É réu em ação penal por formação de quadrilha ou bando e por crime contra a Lei de licitações.	29/02/2016
1	Damião Feliciano (PDT-PB)	PDT	PB	1	É réu em ação civil pública movida pelo Ministério Público Estadual.	29/02/2016
1	Efraim Filho (DEM-PB)	DEM	PB	1	É alvo de inquérito que apura crimes na lei de licitações.	01/03/2016

1	Rômulo Gouveia (PSD-PB)	PSD	PB	6	É alvo de ação penal proposta pelo Ministério Público Federal por crime da Lei de Licitações. Em recurso especial apresentado pelo MPE-PB, foi reformada a decisão do TRE-PB que aprovou com ressalvas as contas da sua campanha eleitoral a prefeitura de Campina Grande (PB), em 2008, para serem julgadas irregulares pelo TSE. É alvo de representação movida pelo Ministério Público Eleitoral por captação e gasto ilícito de recursos para campanha eleitoral de 2014. É alvo de ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado da Paraíba. É alvo de duas ações civis de improbidade administrativa, propostas pelo Ministério Público do Estado da Paraíba	01/03/2016
1	Veneziano Vital do Rêgo (PMDB-PB)	PMDB	PB	35	É réu em ação penal por crimes de responsabilidade e crimes contra a Lei de Licitações. O parlamentar é investigado em diversos inquéritos no STF. O parlamentar figura como réu em ações por improbidade administrativa na Justiça Federal. É alvo de inquéritos na Justiça Estadual. O parlamentar também é réu em ações civis de improbidade administrativa na Justiça Estadual. Processos referentes a irregularidades constatadas pelo TCE-PB na gestão do parlamentar como prefeito de Campina Grande (PB).	03/03/2016
1	Wellington Roberto (PR-PB)	PR	PB	1	É réu em ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal. Parlamentar recorre de decisão desfavorável	02/03/2016
1	Adalberto Cavalcanti (PTB-PE)	PTB	PE	2	Réu em processo por emprego irregular de verbas ou rendas públicas. É alvo de ação civil de improbidade administrativa com dano ao erário.	17/12/2015
1	Augusto Coutinho (SD-PE)	SD	PE	2	É réu em ação penal sobre crimes contra o meio ambiente e o patrimônio genético. É alvo de ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal por construções irregulares e degradação ambiental.	16/09/2015
1	Betinho Gomes (PSDB-PE)	PSDB	PE	1	É alvo de inquérito, ajuizado pelo Ministério Público Federal, que investiga crimes eleitorais.	17/12/2015
1	Daniel Coelho (PSDB-PE)	PSDB	PE	2	O Tribunal de Contas considerou irregulares as contas de 27 vereadores no exercício de 2006 da Câmara Municipal de Recife, incluindo Coelho. Em recurso, conseguiu afastar a multa. É alvo de ação por improbidade administrativa movida pelo Ministério Público.	17/12/2015
1	Eduardo da Fonte (PP-PE)	PP	PE	1	É alvo de inquéritos abertos com a Operação Lava Jato da Polícia Federal, que investigam esquema de corrupção, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro com recursos desviados da Petrobras. Por determinação do STF, a Polícia Federal cumpriu mandado de busca e apreensão na residência do parlamentar.	17/12/2015
1	Kaio Maniçoba (PMDB-PE)	PMDB	PE	1	É alvo de inquérito, ajuizado pelo Ministério Público Federal, referente a crime de falsidade ideológica.	11/12/2015
1	Luciana Santos (PC do B-PE)	PCdoB	PE	6	É alvo de inquérito que investiga crimes da Lei de Licitações e improbidade administrativa. É alvo de ações civis públicas movidas pelo Ministério Público Estadual. O Tribunal de Contas do Estado julgou irregulares atos e contas referentes à prefeitura de Olinda.	17/12/2015
1	Marinaldo Rosendo (PSB-PE)	PSB	PE	9	É réu em ação civil de improbidade administrativa por uso irregular dos recursos do FUNDEB destinados aos programas Brasil Escolarizado e Estatísticas e Avaliações Educacionais. Prestações de contas reprovadas	18/12/2015

1	Mendonça Filho (DEM-PE)	DEM	PE	3	Em razão da posição de presidente regional do DEM em Pernambuco, o parlamentar é parte em processos que tiveram as contas do partido julgadas como não prestadas em municípios pernambucanos. Referente às contas da direção municipal de Ibirajuba (PE), para o exercício financeiro de 2014. Referente às contas da direção municipal de Goiana (PE), para o exercício financeiro de 2014. Referente às contas da direção municipal de Trindade (PE), para o exercício financeiro de 2012.	01/04/2016
1	Ricardo Teobaldo (PTN-PE)	PTN	PE	5	É alvo de diversas ações civis de improbidade administrativa no TJ-PE, ajuizadas pelo Ministério Público	18/12/2015
1	Zeca Cavalcanti (PTB-PE)	PTB	PE	16	É alvo de três ações civis públicas de improbidade administrativa na Justiça Estadual. Foi condenado diversas vezes por admissão ilegal de pessoal durante seus mandatos como prefeito de Arcoverde - PE. É investigado em inquéritos por crimes de responsabilidade. É investigado em inquéritos por crimes de responsabilidade e crimes contra a Lei de Licitações. É alvo de inquérito que apura irregularidades na aplicação de recursos públicos repassados pela União ao município de Arcoverde/PE, quando o parlamentar figurava como prefeito do município.	18/12/2015
1	Arthur Oliveira Maia (PPS-BA)	PPS	BA	2	É réu em ação movida pelo município de Bom Jesus da Lapa. É alvo de inquérito que apura peculato e lavagem de dinheiro.	07/12/2015
1	Bacelar (PTN-BA)	PTN	BA	8	As contas do PTN baiano foram reprovadas em 2008, 2009 e 2012, quando o parlamentar era presidente da sigla + É alvo de inquérito que apura suposto crime de peculato + Condenado a pagar multa e a ressarcir os cofres públicos solidariamente em R\$ 770 mil por diversas irregularidades em contrato firmado entre a Fundação Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia e Secretaria da Educação, Cultura, Esportes e Lazer, comandada pelo parlamentar à época	16/12/2015
1	Benito Gama (PTB-BA)	PTB	BA	1	Crimes Previstos na Legislação Extravagante Crimes Eleitorais*	
1	Caetano (PT-BA)	PT	BA	8	Foi condenado em ação civil de improbidade administrativa com dano ao erário por contratação ilegal da Fundação Humanidade Amiga. O parlamentar ainda recorre em segunda instância. É réu em ação civil de improbidade administrativa com dano ao erário movida pelo MPF pelo favorecimento de empresa contratada sem a devida licitação para projeto de obra ferroviária.	14/12/2015
1	Daniel Almeida (PC do B-BA)	PCdoB	BA	4	Teve reprovada a prestação de contas referente às eleições de 2010. O parlamentar entrou com recurso, que foi negado. O TRE rejeitou as prestações de contas do PC do B-BA referentes aos exercícios de 1999, 2000 e de 2012; o parlamentar era dirigente do partido na época.	29/06/2015
1	Erivelton Santana (PEN-BA)	PEN	BA	3	Teve reprovadas as contas referentes a sua candidatura nas eleições de 2014. O parlamentar recorreu da decisão e obteve o afastamento da pena de multa, mas as contas foram mantidas desaprovadas. Foi condenado a ressarcir os cofres públicos nos seguintes processos, referentes ao período em que o parlamentar foi vereador de Salvador.	01/12/2015
1	Félix Mendonça Júnior (PDT-BA)	PDT	BA	3	É alvo de inquérito por crimes previstos na legislação extravagante. É alvo de inquérito que apura crimes de aliciamento eleitoral. Teve reprovada prestação de contas referente às eleições de 2006	29/06/2015

1	Fernando Torres (PSD-BA)	PSD	BA	5	É alvo de inquéritos que apuram crime de lavagem de dinheiro no esquema investigado pela Operação Miqueias da Polícia Federal, que consistia em desvio de recursos de fundos de pensão e lavagem de dinheiro. Também é investigado o deputado federal Waldir Maranhão (PP-MA). É réu em ação penal que apura crime de revenda de combustíveis em desacordo com a legislação. É réu em ação penal movida pelo MPE.	14/12/2015
1	João Carlos Bacelar (PR-BA)	PR	BA	4	Sua prestação de contas eleitorais da campanha de 2014 foi desaprovada. O parlamentar entrou com três recursos na segunda instância, mas a decisão foi mantida. Recorre ainda à terceira instância. É alvo de inquérito que apura crime de peculato e falsidade ideológica.	
1	Jorge Solla (PT-BA)	PT	BA	1	É alvo de ação civil de improbidade administrativa com dano ao erário.	
1	Lucio Vieira Lima (PMDB-BA)	PMDB	BA	1	O PMDB na Bahia teve reprovada a prestação de contas referente ao exercício de 2007, quando o parlamentar presidia o partido no estado.	28/03/2016
1	Moema Gramacho (PT-BA)	PT	BA	3	Foi multada e condenada a restituir mais de R\$ 1,3 milhão aos cofres públicos por repasses ilegais feitos à União Brasileira de Desenvolvimento Social e outras irregularidades. É réu em ação civil de improbidade administrativa, ajuizada pelo MPF. É alvo de inquérito referente a crimes de responsabilidade.	14/12/2015
1	Paulo Magalhães (PSD-BA)	PSD	BA	2	É réu em ação penal por falso eleitoral. É alvo de ação civil por improbidade administrativa. Trata-se do caso de grampo ilegal na linha do ex-deputado federal e ex-ministro da Integração Nacional Geddel Vieira (PMDB).	30/03/2016
1	Roberto Britto (PP-BA)	PP	BA	3	É alvo de inquérito aberto com a Operação Lava Jato da Polícia Federal, que investiga esquema de corrupção, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro com recursos desviados da Petrobras. É alvo de ação de improbidade. É alvo de representação movida pelo Ministério Público por conduta vedada a agente público.	11/12/2015
1	Ronaldo Carletto (PP-BA)	PP	BA	3	Foram reprovadas as contas de sua campanha eleitoral de 2014, para o cargo de deputado federal. O parlamentar recorreu, mas a decisão se manteve. É alvo de dois inquéritos no STF.	14/12/2015
1	Tia Eron (PRB-BA)	PRB	BA	1	É réu em ação por improbidade administrativa movida pelo Ministério Público.	14/12/2015
1	Valmir Assunção (PT-BA)	PT	BA	2	É alvo de inquérito que apura suposta prática de crimes eleitorais. Teve reprovada a prestação de contas referente às eleições de 2002.	01/07/2015
1	Adelson Barreto (PR-SE)	PR	SE	3	Teve as contas da campanha no pleito de 2014 julgadas irregulares. O parlamentar recorreu, mas a decisão foi mantida. É alvo de representação movida pelo Ministério Público Eleitoral por conduta vedada a agente público, com pedido de aplicação de multa e de cassação de diploma. É alvo de ação civil de improbidade administrativa com dano ao erário e enriquecimento ilícito, movida pelo Ministério Público do Estado de Sergipe. Em decisão liminar, foi decretada a indisponibilidade de bens do deputado, no montante de R\$ 400 mil.	26/10/2015

1	Andre Moura (PSC-SE)	PSC	SE	14	Foi responsabilizado por fraude em licitações, fracionamento de despesas e inscrição irregular de beneficiários no programa Bolsa Família. É réu em três ações penais (969, 973 e 974) no STF que envolvem crimes conexos - apropriação, desvio ou utilização de bens públicos do Município de Pirambu (SE), em que o parlamentar é acusado de ter continuado a usufruir de bens e serviços custeados pela administração municipal, na gestão do prefeito Juarez Batista dos Santos, posterior à sua, de 2005 a 2007. É alvo de inquérito que apura crime contra a Lei de Licitações e peculato. É alvo de inquérito que apura crime eleitoral de transporte em dia de eleição. É réu em ação civil pública por improbidade administrativa (dano ao erário e violação aos princípios administrativos) movida pelo Ministério Público Estadual. O MP ajuizou a ação em face do parlamentar devido a realização de compras irregulares de mercadorias para a satisfação de interesses pessoais em detrimento do interesse público. Foi condenado em primeira e segunda instância por improbidade administrativa. O TJ-SE decidiu pela suspensão dos direitos políticos dos réus, o que o tornaria inelegível e acarretaria na não-diplomação para a legislatura de 2015-2019. O parlamentar conseguiu a suspensão dessa decisão no STJ. Teve desaprovada a prestação de contas referente às eleições de 2014. O parlamentar recorre na segunda instância.	21/07/2015
1	Fábio Mitidieri (PSD-SE)	PSD	SE	2	Teve as contas da campanha no pleito de 2014 desaprovadas. É réu, juntamente com sua irmã, em ação penal por crime contra a ordem tributária.	26/10/2015
1	Fabio Reis (PMDB-SE)	PMDB	SE	2	O parlamentar teve as contas das campanhas eleitorais de 2014 desaprovadas. Recorre da decisão. É alvo de inquérito por crime eleitoral. O parlamentar é investigado por desobedecer ordens da Justiça Eleitoral.	21/07/2015
1	João Daniel (PT-SE)	PT	SE	2	Teve as contas do pleito de 2014 rejeitadas. O parlamentar recorreu, mas a decisão pela desaprovação foi mantida. Foi julgada procedente representação movida pelo Ministério Público Eleitoral de Sergipe por conduta vedada a agente publico, com pedido de aplicação de multa e cassação de diploma.	
1	Jony Marcos (PRB-SE)	PRB	SE	1	A Justiça Eleitoral desaprovou e impugnou a prestação de contas de sua campanha eleitoral de 2014. O parlamentar recorreu, mas a decisão foi mantida	
1	Laercio Oliveira (SD-SE)	SD	SE	1	O MPE entrou com impugnação de suas contas eleitorais referentes à candidatura de 2014. O TSE deu provimento à impugnação proposta e desaprovou as contas. O parlamentar recorre	22/07/2015
1	Valadares Filho (PSB-SE)	PSB	SE	2	Suas contas da campanha eleitoral de 2014 foram reprovadas. Após o TSE manter a decisão, negando provimento a seus embargos de declaração, o parlamentar entrou com Recurso especial eleitoral. A Justiça Eleitoral desaprovou as contas de 2009 do PSB quando o parlamentar era presidente regional da sigla.	21/07/2015
1	Arthur Lira (PP-AL)	PP	AL	2	É alvo de inquérito que apura corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Processo corre sob sigilo de justiça. É alvo de inquéritos abertos com a Operação Lava Jato da Polícia Federal, que investigam esquema de corrupção, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro com recursos desviados da Petrobras.	02/02/2016
1	Cícero Almeida (PMDB-AL)	PMDB	AL	5	Foi condenado por improbidade administrativa por irregularidade constatada no convênio celebrado para realização do carnaval de 2008 em Maceió. O parlamentar recorre. É réu em ação penal referente a crimes de responsabilidade e contra a lei de licitações. É alvo de inquérito referente a crimes da Lei de Licitações. É réu em ação civil de improbidade administrativa com enriquecimento ilícito, movida pelo Município de Maceió. É alvo de ação civil de improbidade administrativa e ação penal movidas pelo Ministério Público Estadual. A ação civil de improbidade administrativa em primeira instância corre sob sigilo de Justiça. Foi determinada a quebra de sigilo bancário e fiscal, indisponibilidade parcial dos bens.	02/02/2016

1	Marx Beltrão (PMDB-AL)	PMDB	AL	1	É réu em ação penal por falsidade ideológica. De acordo com a denúncia apresentada, quando era prefeito de Coruripe (AL) em 2011 e 2012, o parlamentar elaborou, assinou e apresentou ao Ministério da Previdência Social seis comprovantes de repasse de valores à previdência dos servidores públicos, que continham informações falsas.	02/02/2016
1	Maurício Quintella Lessa (PR-AL)	PR	AL	2	É alvo de inquérito que apura peculato. Foi condenado por improbidade administrativa com dano ao erário e enriquecimento ilícito. O deputado recorre da sentença.	09/12/2015
1	Paulão (PT-AL)	PT	AL	1	É alvo de inquérito que apura crime de estelionato.	02/02/2016
1	Pedro Vilela (PSDB-AL)	PSDB	AL	1	Teve reprovada a prestação de contas das eleições de 2014 para deputado federal.	02/02/2016
1	Ronaldo Lessa (PDT-AL)	PDT	AL	9	Foi condenado à pena de oito meses de reclusão, convertida em prestação de serviços à comunidade, e ao pagamento de multa por calúnia eleitoral. Conforme consta nos autos, em outubro de 2010, o comitê de campanha do PDT foi arrombado e, na ocasião, foram furtados do local dois computadores. Ronaldo Lessa, então candidato ao cargo de governador de Alagoas, teria afirmado, sem qualquer prova, que o maior suspeito do crime era o governo, referindo-se ao então governador e candidato a reeleição, Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL), em entrevista divulgada no jornal Gazeta de Alagoas, de acordo com a denúncia. O tribunal considerou que houve dolo na intenção de ofender a honra do adversário em disputa eleitoral. O parlamentar recorreu da decisão, que foi mantida. Condenado por peculato e crimes contra a administração pública a 13 anos de prisão e pagamento de multa. O caso envolve superfaturamento de obras e desvio de mais de R\$ 5 milhões que deveriam ser destinados a obras para saneamento e contenção de enchentes em Alagoas. O parlamentar recorre. Condenado em ação civil pública de improbidade administrativa em função de má administração e desvio de finalidade de R\$ 50 milhões do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza. A Justiça determinou a perda da função pública, a suspensão de seus direitos políticos por três anos e a aplicação de multa. Há recurso em andamento. Em Tomada de Contas Especial, foram encontradas irregularidades na aplicação de recursos federais recebidos pelo estado de Alagoas, que tinha o parlamentar como seu representante legal. O estado foi condenado a pagamento de débito à União. É réu em ação penal referente a peculato, formação de quadrilha e crimes da lei de licitações. É alvo de inquérito referente a crimes eleitorais. É réu em outras ações civis públicas de improbidade administrativa.	02/02/2016